



UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E EMPRESARIAIS
MESTRADO EM GESTÃO DE EMPRESAS

DISSERTAÇÃO

**O PAPEL DO SISTEMA BANCÁRIO E DA DIVERSIFICAÇÃO DA
ECONOMIA PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO: A
SITUAÇÃO DE ANGOLA**

LISBOA, 2023

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E EMPRESARIAIS

MESTRADO EM GESTÃO DE EMPRESAS

UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA

“LUÍS DE CAMÕES”

**O PAPEL DO SISTEMA BANCÁRIO E DA DIVERSIFICAÇÃO DA
ECONOMIA PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO: A
SITUAÇÃO DE ANGOLA**

Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Gestão de Empresas

Autor: Fábio Cássio da Cruz Francisco

Orientador: Professor Doutor Vitor Oliveira

Número do candidato: 30009476

Novembro de 2023

Lisboa

Dedicatória

*Dedico este trabalho aos meus pais que
com muito sacrifício tornaram isto
possível, mesmo com a distância pareceu
que sempre estiveram por perto,
eternamente serei grato.*

Agradecimentos

Primeiramente agradeço a Deus por me dar saúde e discernimento para elaborar o presente trabalho.

Agradeço ao meu pai por me ter sugerido o mestrado e agradeço à minha mãe por todo apoio que me deu durante toda jornada.

Agradeço ao meu orientador, Professor Doutor Vítor Oliveira que desde o primeiro momento não hesitou em aceitar ser o meu orientador e desde então orientou-me na elaboração deste trabalho apoiando-me sempre e tornando tudo mais fácil.

Agradeço aos meus irmãos Daisy, Célio, Daniela e Duquesny, que sempre foram um apoio para mim, motivaram-me em todos os segundos e mostraram-me que eu era capaz de concretizar o trabalho.

À minha noiva Alexandra Isabel, quero agradecer o máximo apoio ao tempo todo, a sua atenção e carinho que também serviu de motivação.

Agradeço também aos meus amigos Erwin, Dachala, Helio, Clenio, Louisana, Elisabeth, Joel e muito outros que direta ou indiretamente fizeram parte do meu progresso.

Resumo

No presente trabalho pretende-se analisar de que forma a diversificação da economia e o desenvolvimento do sistema bancário contribuem para o crescimento económico de um conjunto de países da África Subsariana. Tendo em consideração os resultados obtidos para a amostra acima referida, este estudo tem como segundo objetivo propor alternativas para o crescimento económico da Angola de forma que se torne menos dependente do setor petrolífero, diminuindo assim a sua correlação com o preço do petróleo, tornando a economia angolana menos volátil. Os países da África Subsariana têm sido caracterizados pela elevada desigualdade nas suas economias, pela criminalidade organizada transfronteiriça, pela corrupção e pelas lacunas observadas numa separação clara nas relações entre os poderes institucionais, designadamente entre os domínios militar e político. Um relatório divulgado pelo Banco Mundial, em 2008, revelou que aproximadamente metade da população residente na África subsaariana ainda lutava para sobreviver e vivia abaixo da linha da pobreza em 2005. Evitar a "doença holandesa" é o argumento mais comum no apoio à diversificação das economias concentradas em produtos primários como o petróleo ou os minerais. Os recursos naturais como o petróleo tendem a excluir a atividade industrial no país, o que pode levar à perda de progresso tecnológico e à redução das perspetivas de crescimento. A diversificação é vista como uma forma de prevenir essas diminuições na produtividade, alargando a base económica de um país. Outros argumentos económicos a favor da diversificação são a redução da volatilidade e a vulnerabilidade à deterioração dos termos de comércio que advém da dependência de uma única indústria (CMI INSIGHT, 2014). O contributo das instituições financeiras para o progresso económico resulta da mobilização das poupanças dos agentes aforradores e da sua posterior canalização para os agentes com necessidades de financiamento, promovendo o investimento. Esta função de intermediário financeiro é desempenhada tanto pelos bancos, como pelos mercados através dos ativos financeiros (Moreira, 2019). Assim o sistema financeiro tem a capacidade de captar poupanças e canalizá-las para o financiamento de investimento produtivo e assim potenciarem o crescimento económico. Utilizando uma amostra de 48 países da África Subsariana para o período compreendido entre 2002 e 2021, e um modelo empírico, conclui-se que a diversificação contribui positivamente para o crescimento económico de um país. No que se refere ao sistema bancário, não se conseguiu demonstrar o seu impacto no crescimento económico. Tendo em conta que a concentração da economia angolana é extremamente elevada, os resultados obtidos neste estudo apontam que

Angola precisa de caminhar no sentido da diversificação da sua economia, de forma a poder reduzir a dependência do Petróleo.

Palavras-chave: Africa Subsariana, Setor Bancário, Desenvolvimento, Angola

Abstract

This work aims to analyze how the diversification of the economy and the development of the banking system contribute to the economic growth of a group of countries in Sub-Saharan Africa. Taking into account the results obtained for the sample mentioned above, the second objective is to propose alternatives for Angola's economic growth so that it becomes less dependent on the oil sector, thus reducing its correlation with the price of oil, making the less volatile Angolan economy. Sub-Saharan African countries have been characterized by high inequality in their economies, political and social contexts marked by cross-border organized crime, corruption and a lack of clarification in relations between institutional powers, particularly between the military and political domains. A report released by the World Bank in 2008 revealed that approximately half of the population residing in sub-Saharan Africa still struggled to survive and lived below the poverty line in 2005. The main objective of the diversification is to mitigate what is called "Dutch disease", that is, economies which are concentrated in primary products such as oil or minerals. The existence of a huge quantity of natural resources such as oil tend to crowd out industrial activity in some countries, which can lead to the loss of technological progress and negatively impact growth prospects. Therefore, diversification is a good way to prevent these impacts on productivity, broadening a country's economic base. Other arguments in favor of diversification are the reduction of volatility and vulnerability to deterioration in terms of trade that comes from dependence on a single industry. (CMI INSIGHT, 2014). The contribution of financial institutions to economic progress is based on the efficient mobilization of savings and incentives directed towards investment. The relationship between financial institutions and economic progress is evidenced both by the traditional figure of the bank and by the other components that are part of the financial system, such as markets and financial assets (Moreira, 2019). Thus, the financial system has the capacity to capture savings and channel them to finance productive investment and thus boost economic growth. Using a sample of 48 Sub-Saharan African countries for the period between 2002 and 2021, and an empirical model, it is concluded that diversification contributes positively to a country's economic growth. As regards the banking system, its impact on economic growth has not been demonstrated. Taking into account that the concentration of the Angolan economy is extremely high, the results obtained in this study indicate that Angola needs to move towards diversifying its economy, in order to reduce dependence on Oil.

Keywords: Sub-Saharan Africa, Banking Sector, Development, Angola.

Índice

Dedicatória.....	iii
Agradecimentos.....	iv
Resumo.....	v
Abstract.....	vii
Índice.....	i
Índice de Figuras.....	ii
Índice de Tabelas.....	iii
Lista de Abreviaturas e Siglas	iv
Introdução	1
Revisão de Literatura	3
Caracterização da Região da África Subsaariana	10
A Realidade Angolana	23
A Economia Angolana	23
O Sistema Bancário Angolano	27
Questões de Investigação, Hipóteses a Testar e Dados Utilizados.....	34
Estatísticas Descritivas.....	35
Metodologia	38
Análise de Resultados	39
Conclusões	41
Referências Bibliográficas.....	44

Índice de Figuras

Figura 1 - Países pertencentes a Africa Subsaariana.	11
Figura 2 - Gráfico da população total Africa Subsaariana.....	12
Figura 3 - Gráfico do crescimento anual do mundo e da ASS.....	14
Figura 4 - Gráfico da participação do PIB da África Subsaariana no PIB mundial, 1980-2027.	18
Figura 5 - Gráfico do PIB de 2002 a 2021.....	23
Figura 6 - Gráfico do crescimento do PIB per capita de 2003 a 2021.....	24
Figura 7 - Gráfico do Crédito bancário para o sector privado não financeiro (% do PIB) de 2002 a 2020.....	24
Figura 8 - Gráfico do dinheiro amplo (% PIB) de 2002 a 2020	25
Figura 9 - Gráfico de Exportação de bens e serviços (% do PIB) de 2002 a 2021	25
Figura 10 - Gráfico do índice herfindahl de 2002 a 2021	26
Figura 11 - Gráfico do consumo privado (% do PIB) de 2002 a 2021	26

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Ranking dos Resultados Líquidos dos bancos.....	32
Tabela 2 - Indicadores de crescimento do setor bancário angolano.	33
Tabela 3 - Variáveis – Descrição e Base de Dados	35
Tabela 4 - Estatísticas Descritivas das Variáveis.....	37
Tabela 5 - Principais Resultados das Regressões	40

Lista de Abreviaturas e Siglas

BNA	Banco Nacional de Angola
BCA	Banco Comercial de Angola
BCCI	Banco de Crédito Comercial e Industrial
BPSM	Banco Pinto & Sotto Mayor
BTSA	Banco Totta Standart de Angola
ICRA	Instituto de Crédito de Angola
BFN	Banco de Fomento Nacional
ASS	África Subsaariana
FMI	Fundo Monetário Internacional
PIB	Produto Interno Bruto

Introdução

A presente dissertação tem como objetivo analisar o contributo da diversificação da economia e do desenvolvimento do sistema bancário para o crescimento económico, medido através do crescimento do Produto Interno Bruto *per capita* (doravante PIB *per capita*) de um conjunto de 48 países da Africa Subsariana (doravante ASS).

Numa primeira fase pretende-se verificar de que forma a diversificação da economia e os sistemas bancários contribuem para o desenvolvimento económico dos países. Numa segunda fase, pretende-se ter em conta os resultados obtidos para a amostra acima referida e focar na situação de Angola designadamente na forma como os resultados obtidos com o estudo poderão melhorar o crescimento económico de Angola, tornando-o menos volátil e dependente da evolução do petróleo.

Assim, um dos principais objetivos deste trabalho é preparar Angola para um futuro caracterizado por uma redução da procura global pelo petróleo, dadas as crescentes preocupações ambientais. Pretende-se igualmente perceber de que forma a banca angolana pode contribuir para o desenvolvimento económico do país.

Optei pelo seguinte tema de forma a dar respostas aos desafios que Angola poderá ter de enfrentar daqui a alguns anos, em particular com a gradual redução da procura pelo seu principal recurso, o petróleo. Desejo dar o meu contributo e, de alguma forma, ajudar a olhar a situação de uma diferente perspetiva. Por fim, e se for possível, contribuir também para estudos posteriores.

Assim, este trabalho pretende responder essencialmente a três questões:

- i) Qual o impacto da diversificação económica no crescimento económico?
- ii) Qual o impacto das características do sistema bancário no crescimento económico?
- iii) Quais as lições a extrair para a economia angolana?

Para o efeito, numa primeira fase, proceder-se-á a uma análise empírica com base no modelo desenvolvido por Oyebowale e Algarhi (2020), ao qual se irá acrescentar duas variáveis: o nível de diversificação da economia (medido pelo Índice Herfindahl) e nível de exposição do sistema bancário ao setor privado não financeiro (com base no modelo proposto, mas não desenvolvido, por Augusto, 2010). O presente estudo empírico será realizado com uma amostra de 48 países africanos e para um período de 20 anos.

Com o propósito de atingir os objetivos pré-estabelecidos, a dissertação está organizada em duas partes, uma mais descritiva e conceptual seguida por uma de cariz mais empírica. Na

primeira parte analisa-se a realidade das economias dos países da ASS e de Angola, em particular. Na segunda parte são apresentadas as questões de investigação, os dados e o modelo empírico utilizados e os principais resultados obtidos. A dissertação termina com as principais conclusões, dificuldades enfrentadas e “avenidas” para futura investigação.

Revisão de Literatura

A história dos parâmetros e índices de crescimento económico descritas por Veiga (2010), sustenta que “De até o final do Século XX, o desenvolvimento e crescimento económico eram sinónimos e o Produto Interno Bruto (PIB) era o indicador considerado como referência do desenvolvimento de um país.” Isso porque o crescimento económico das nações era medido de forma quantitativa, através da taxa de crescimento do PIB em termos reais e o PIB *per capita* (Rossignoli & Almeida, 2018). Porém, quando do surgimento do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) esse se destacou como um indicador preciso para aferir o desenvolvimento (Carvalho, 2018).

De acordo com Veiga (2010) “o crescimento económico não é apenas indicativo de um aumento no rendimento geral devido a vários fatores, como rápido crescimento populacional, avanços na tecnologia e a natureza não regulamentada e em constante evolução do mercado. Em vez disso, o crescimento económico deve ser percebido como apenas uma componente dentro de um processo mais amplo, e as políticas voltadas para o desenvolvimento devem ser baseadas em valores que vão além da mera dinâmica económica”.

O desenvolvimento económico refere-se ao processo não apenas de alcançar o crescimento económico, mas também de melhorar o bem-estar geral e os padrões de vida da população, ao mesmo tempo em que provoca transformações significativas na estrutura económica. Segundo Tomé (2018), o desenvolvimento económico engloba um aspeto mais qualitativo, focando na distribuição equitativa de recursos entre os diversos setores da economia, com o objetivo final de melhorar os principais indicadores de bem-estar económico e social, como a redução da pobreza, do desemprego, da violência, e melhorar as condições de saúde, acesso à alimentação, transporte, educação, higiene e moradia. Em essência, o desenvolvimento económico envolve a combinação harmoniosa de expansão económica e distribuição justa da riqueza.

No que se refere aos fatores impulsionadores do crescimento económico a literatura destaca o capital humano, o investimento e a taxa de câmbio, bem como as tarifas alfandegárias. Vários estudos, incluindo Fischer (1992), Knight, Loayza e Villanueva (1993), Easterly e Levine (1997), Chen e Feng (2000), Radelet, Sachs e Whang-Lee (2001), Freire-Seren (2002), Bayraktar (2006) e Anyanwu (2014), encontraram consistentemente uma relação positiva e significativa entre o desenvolvimento do capital humano e o crescimento económico. Essas

descobertas destacam a importância de investir no desenvolvimento do capital humano para a prosperidade económica de longo prazo (Chirwa e Odhiambo, 2016)

Dollar (1992) defende que a taxa a que os investimentos são feitos tem uma correlação forte e positiva com o crescimento económico. Em contraste, tanto a variabilidade como as distorções na taxa de câmbio real têm um impacto negativo e significativo no crescimento económico. As taxas tarifárias apresentam também uma relação negativa com o crescimento económico, indicando que tarifas mais elevadas estão associadas a um crescimento económico mais lento. Esta descoberta foi observada num estudo realizado por Knight, Loayza e Villanueva (1993).

Ao comparar diferentes regiões, é evidente que os países da África Subsaariana registaram um crescimento mais lento em comparação com os seus homólogos da América Latina e das Caraíbas. Esta diferença nas taxas de crescimento pode ser atribuída a vários fatores, tais como disparidades na disponibilidade de recursos, estabilidade política e políticas económicas. É crucial que os decisores políticos da África Subsaariana enfrentem estes desafios, a fim de promover um maior crescimento económico. (Fisher, 1992)

O objetivo principal da economia de uma nação é alcançar o crescimento económico, que normalmente é medido pelas mudanças no PIB durante um período de tempo específico. O crescimento económico refere-se a um aumento do PIB. Embora a medição do PIB forneça informações importantes, centra-se principalmente no aumento do PIB per capita e não no próprio PIB global (Tomé, 2018). No entanto, confiar apenas no PIB per capita como indicador de bem-estar é errado devido às limitações na análise estatística de certos fatores económicos. Esta abordagem não tem em conta a desigualdade entre os indivíduos na sociedade, os fatores ambientais e sociais, a esperança de vida, os níveis de educação, a qualidade das infraestruturas, os níveis de consumo pessoal e até mesmo a felicidade individual. Apesar destas deficiências, nenhuma outra medida estatística pode rivalizar com o PIB na revelação imediata se a economia de um país está a progredir ou a estagnar (Carvalho, 2018).

Carvalho (2018) explica que existe uma relação inversa entre pobreza e crescimento. À medida que as taxas de crescimento aumentam, os níveis de pobreza tendem a diminuir ligeiramente, enquanto a pobreza piora durante períodos de crescimento lento. Contudo, a prosperidade de um país ou continente não pode ser determinada apenas pelo seu crescimento económico medido pelo PIB ou PIB per capita. Em vez disso, é crucial considerar o desenvolvimento económico, que abrange os aspetos qualitativos do bem-estar social e humano. Por outras palavras, fatores como o acesso à educação, aos cuidados de saúde e a

outros serviços sociais desempenham um papel significativo na determinação do sucesso global de uma nação ou região.

É da maior importância distinguir entre crescimento económico e desenvolvimento económico, uma vez que é concebível que uma determinada região ou país experimente crescimento sem atingir um nível proporcional de desenvolvimento económico. A natureza interligada do crescimento e do desenvolvimento económico persiste até ao ponto em que a economia perde a sua capacidade de se ajustar às circunstâncias emergentes.

Assim, o desenvolvimento económico é o crescimento económico acompanhado pela melhoria da qualidade de vida da população e por alterações estruturais na economia. Em suma, o desenvolvimento económico combina o crescimento económico com a distribuição da riqueza.

A relação entre o desenvolvimento do setor financeiro e o crescimento económico remonta às pesquisas de Schumpeter (1912) e Goldsmith (1969), autores que destacam a importância do sistema financeiro e sua influência no crescimento económico. Estes mesmos argumentam que existe uma correlação favorável entre o desenvolvimento financeiro e o crescimento económico, que é facilitada por vários mecanismos financeiros que impulsionam o avanço económico.

O crescimento económico é alcançado interrompendo os padrões económicos existentes, o que pode ser obtido pela interação de avanços tecnológicos e a introdução de novos métodos de produção. O fator crucial para o surgimento desses novos ciclos é a disponibilidade de recursos financeiros, sendo o crédito uma via alternativa para empreendedores que carecem dos recursos necessários para seu desenvolvimento. Este conceito foi apresentado por Schumpeter em 1912.

Entender o sistema financeiro e o efeito deste sobre a economia, não é algo restrito aos dias atuais. Alguns autores como Schumpeter (1912), Goldsmith (1969) e Lucas (1988), já haviam estudado a importância do sistema financeiro e o impacto do seu desenvolvimento no crescimento económico. Segundo Lucas (1988), o impacto do desenvolvimento financeiro no desenvolvimento económico é visto como sobreestimado, enquanto Schumpeter (1912) e Goldsmith (1969), defendem que o desenvolvimento financeiro é um forte influenciador do desenvolvimento económico.

A eficácia do sistema financeiro na consolidação da poupança individual pode impactar o progresso económico de duas maneiras distintas. Em primeiro lugar, os custos reduzidos associados à consolidação permitem que as empresas implementem métodos de produção maiores e mais produtivos. Em segundo lugar, à medida que os indivíduos ficam mais seguros

em depositar as suas poupanças no sistema financeiro, as empresas conseguem diminuir o valor das reservas que detêm (Karimo & Ogbonna, 2017). É através do sistema financeiro que vários setores se conseguem afirmar na sua atividade, podendo dar continuidade ao crescimento global da economia (Odhiambo, 2009).

As instituições bancárias têm o papel crucial de criar diferentes formas de pagamento, enquanto outras instituições financeiras, incluindo entidades não monetárias, concentram-se na produção de agregados monetários que não são tão facilmente acessíveis. Em termos simples, cada sistema gera o seu próprio tipo de dívida. Apesar das suas características únicas, ambos os sistemas possuem a capacidade de gerar fundos para fins financeiros, reunir liquidez e facilitar investimentos e poupanças.

O sistema financeiro desempenha um papel crucial no apoio aos vários sectores que contribuem para o crescimento económico. O estabelecimento de instituições financeiras, juntamente com a gama de ativos, passivos e serviços financeiros que elas oferecem, surge frequentemente antes da procura por estes produtos. Essa ocorrência é particularmente evidente entre empreendedores que operam em setores mais avançados e de rápido crescimento, onde a disponibilidade de recursos e serviços financeiros pode estimular a inovação e a expansão. Em muitos casos, essas entidades financeiras são criadas para antecipar as necessidades de empresas que estão na vanguarda da tecnologia e das tendências da indústria, muitas vezes criando um ecossistema de suporte que incentiva empreendimentos empresariais a prosperar. Como resultado, o desenvolvimento proativo dessas estruturas financeiras pode ser visto como um resultado vital para promover o crescimento económico e facilitar a criação de novos mercados e oportunidades. O desenvolvimento do sector financeiro depende em grande parte da procura de produtos financeiros, como afirma Odhiambo (2009). Outro estudo realizado por Deidda e Fattouh (2002) sobre a não linearidade revela que o impacto do desenvolvimento financeiro não é claro em níveis baixos de desenvolvimento, mas torna-se positivo à medida que o nível de desenvolvimento aumenta. Chen, Wu e Wen (2013) apoiam ainda mais esta noção ao afirmar que em regiões com rendimentos mais elevados, o sistema financeiro influencia positivamente o crescimento económico. Contudo, nas zonas de baixos rendimentos, o sistema financeiro tem um impacto negativo no crescimento. Isto reforça a ideia de que os indivíduos mais pobres não conseguem beneficiar das oportunidades de investimento proporcionadas pelo sector financeiro devido à falta das garantias necessárias para aceder ao crédito bancário.

Globalmente, o papel do sistema financeiro na mobilização de poupanças e na habilitação de uma afetação eficiente de recursos tem um impacto significativo no crescimento económico

e no desenvolvimento. Uma das principais funções do sistema financeiro é a mobilização de poupanças. Isto envolve a captação de recursos de agentes individuais, o que permite o financiamento de projetos que de outra forma seriam limitados pela riqueza de quem os implementa. O acesso às poupanças de diversos investidores é crucial para que as empresas atinjam escalas economicamente eficientes. Ao agregar as poupanças de numerosos agentes individuais, o sistema financeiro permite a implementação de projetos de maior escala. No entanto, a agregação de poupanças de múltiplos aforradores acarreta custos de transação associados à captação de poupanças de vários agentes e os custos de garantir que esses agentes se sintam confiantes na transferência da gestão das suas poupanças para instituições financeiras. No entanto, a eficiência com que o sistema financeiro permite a agregação das poupanças individuais tem dois efeitos significativos no desenvolvimento económico. Em primeiro lugar, os custos de agregação mais baixos permitem às empresas adotar escalas de produção maiores e mais eficientes. Em segundo lugar, à medida que os agentes se sentem mais confiantes em confiar as suas poupanças ao sistema financeiro, o nível de reservas mantidas pelas empresas diminui. O sistema financeiro desempenha um papel crucial no sistema económico global, facilitando a alocação de recursos, permitindo a troca de bens e serviços e facilitando a transferência de poupanças. As instituições financeiras têm uma influência significativa no crescimento económico através de vários mecanismos. Estes incluem a mobilização de poupanças, a facilitação de transações comerciais e financeiras, a gestão de riscos, a diversificação de ativos, a recolha de informações sobre projetos de investimento, a promoção de uma afetação ótima de recursos, a supervisão de investimentos, a monitorização da gestão da empresa após o financiamento do projeto e a facilitação de transações de bens e serviços.

Assim sendo, quem aplica os seus recursos de forma eficaz poderá não apenas obter o retorno do seu capital, mas também aumentar o investimento.

Quanto à facilitação das transações, gestão dos riscos e diversificação de ativos pelos sistemas financeiros, existem na atualidade diversas ferramentas de auxílio aos agentes económicos nas suas tomadas de decisões de investimento. Podem, por exemplo, optar pela intermediação, que funciona como uma das formas de redução dos riscos através do investimento em diversos projetos. A diversificação de investimentos é uma ferramenta fundamental para os investidores, porque reduz a sua exposição ao risco (Moreira, 2019).

O sistema financeiro desempenha um papel crucial na recolha de informações antes da implementação dos projetos de investimento. Os intermediários financeiros são responsáveis pela recolha, processamento e geração eficiente de informações sobre potenciais investimentos. Drummond e Aguiar (2004) argumentam que o sistema financeiro colabora com os investidores

para diminuir os custos associados aos projetos de investimento, reduzindo assim significativamente a probabilidade de investir em projetos com uma fraca correlação entre remuneração e riscos. Esta redução de custos leva à realização de um maior número de avaliações, diminuindo em última análise a possibilidade de financiamento de projetos inadequados. Consequentemente, os investidores não precisam possuir *expertise* para avaliar os próprios projetos, pois essa função pode ser desempenhada com menor custo, minimizando assim o risco de duplicação de custos (Moreira, 2019). O sistema financeiro presta também um serviço de monitorização dos gestores, diminuindo os custos relacionados com os conflitos de agência (Drummond & Aguiar, 2004). Adicionalmente, o sistema financeiro promove a facilidade de transações entre diferentes agentes económicos, reduzindo os custos associados (Drummond & Aguiar, 2004).

Assim, o papel das instituições financeiras na condução do desenvolvimento económico depende da sua captação efetiva de poupança e incentivo deliberado ao investimento. A ligação entre as instituições financeiras e o progresso económico é demonstrada não só pelo papel tradicionalmente desempenhado pelos bancos, mas também pelos restantes elementos do sistema financeiro como o mercado de capitais e os ativos financeiros (Moreira, 2019). Assim, o sistema financeiro, dispõe da capacidade de arrecadar poupanças e encaminhá-las para o financiamento de investimentos produtivos, impulsionando a expansão económica. (Moreira, 2019).

“Nas últimas décadas, numerosos países da África Subsariana submeteram-se a reformas substanciais no sector financeiro, resultando em avanços notáveis e numa maior eficácia nos seus sistemas financeiros, especificamente no sector bancário. Como resultado, os bancos comerciais experimentaram bases de capital reforçadas e estratégias de gestão de risco melhoradas. Além disso, registou-se um aumento significativo na atribuição de crédito ao sector privado, embora partindo de um ponto de partida relativamente baixo. Notavelmente, os sistemas bancários na maioria dos países da África Subsariana demonstraram uma resiliência notável face aos recentes desafios financeiros globais” (Montfort et al. 2013).

No entanto, os sistemas bancários na maioria dos países da África Subsariana continuam a apresentar um nível subdesenvolvido. Estes sistemas caracterizam-se por níveis inadequados de intermediação e por uma presença limitada de concorrência. Numerosos obstáculos impedem o avanço do sector bancário, incluindo a pequena dimensão dos mercados nacionais, os baixos níveis de rendimento e a proteção insuficiente dos direitos dos credores, juntamente com mecanismos fracos de execução judicial (Montfort et al. 2013).

Como resultado, a África Subsariana continua a comparar mal com o resto do mundo em termos do desenvolvimento do sistema financeiro e, por conseguinte, o acesso ao financiamento continua a ser severamente limitado, tanto para indivíduos como para empresas. Esta é uma questão significativa, uma vez que o sector financeiro tem potencial para contribuir grandemente para o crescimento económico e a redução da pobreza, especialmente através da prestação de crédito e outros serviços financeiros às pequenas e médias empresas. Para resolver esta questão, há uma necessidade premente de novos fornecedores de financiamento, bem como de técnicas e produtos de empréstimo inovadores especificamente adaptados às necessidades destas empresas. Além disso, o reforço das competências financeiras e empresariais destas empresas também as beneficiaria grandemente na navegação mais eficaz no panorama financeiro. Globalmente, existe uma clara oportunidade para melhorar a inclusão financeira e o apoio disponível para os intermediários em falta, o que poderá ter impactos positivos significativos no seu crescimento e sucesso (Monfort, .M, Dennis D. , Sabina Z. , Paul-Harry A. , Thorten B. , Mthuli N. Oskar N, 2013).

No que se refere à relação entre o crescimento económico e o desenvolvimento do sistema financeiro a grande maioria dos estudos, anteriormente citados, destacam o sistema financeiro como impulsionador do crescimento económico. No entanto, quanto ao impacto da diversificação da economia no seu crescimento, a literatura tem, até agora ignorado este aspeto, sendo um dos objetivos deste trabalho preencher esta lacuna na literatura.

Caracterização da Região da África Subsaariana

A ASS experimentou o aumento mais significativo no tamanho da população em comparação com qualquer outra região, com um crescimento impressionante de quatro vezes desde 1950. À escala global, a ASS destaca-se pela notável expansão demográfica aliada a uma notável disparidade na distribuição do rendimento (Tomé, 2018). Surpreendentemente, é considerada a região mais empobrecida globalmente, resultado de períodos de crescimento significativo (superando a média mundial) que foram prejudicados por períodos de menor crescimento.

A ASS caracteriza-se por uma reduzida diversificação económica em comparação com outras partes do mundo. De facto, a maioria das oportunidades de emprego nesta região (com algumas exceções) ainda estão fortemente concentradas no setor primário, especificamente na agricultura. É de referir que a África do Sul e as Maurícias estão entre os poucos países desta região que conseguiram romper com esta tendência (Tomé, 2018). Um dos principais obstáculos ao aumento da produtividade agrícola na região subsaariana é a pouca qualificação dos agricultores e a migração de homens das áreas rurais para os centros urbanos. Esses fatores representam desafios significativos para o desenvolvimento e melhoria do setor agrícola na região subsaariana.

Melhorar a saúde geral dos indivíduos desempenha um papel crucial nos esforços que visam aumentar a sua produtividade na força de trabalho e, consequentemente, aumentar a sua capacidade de obter rendimento. Além disso, o estado de saúde de uma pessoa influencia significativamente sua capacidade de frequentar a escola regularmente e ter um bom desempenho académico. Para atender às necessidades de saúde das populações carenciadas, um aspeto fundamental da maioria das estratégias de saúde envolve o estabelecimento de sistemas de saúde orientados para a comunidade que priorizam medidas preventivas sobre abordagens curativas.

A ASS corresponde à parte do continente africano situada ao sul do deserto do Saara, engloba 48 países, e pode ser dividido em 4 regiões distintas que são: África oriental o chifre da África, África ocidental a barriga da África, África central e austral.



Figura 1 - Países pertencentes a África Subsaariana.

Fonte: (Alves, 2022)

Para contextualizar o continente africano implica necessariamente, e de forma minuciosa, abordar a questão da sua população. Segundo Hugon (2015), a nível mundial a ASS apresenta o maior crescimento demográfico, em que a população foi multiplicada por 4 desde 1950, como demonstra a Figura 1. A nível mundial, é a região com maior crescimento demográfico e desigual distribuição do rendimento (Tomé, 2018). É a região mais pobre do mundo e tem apresentado momentos de crescimento económico maior e menor do que a média mundial.

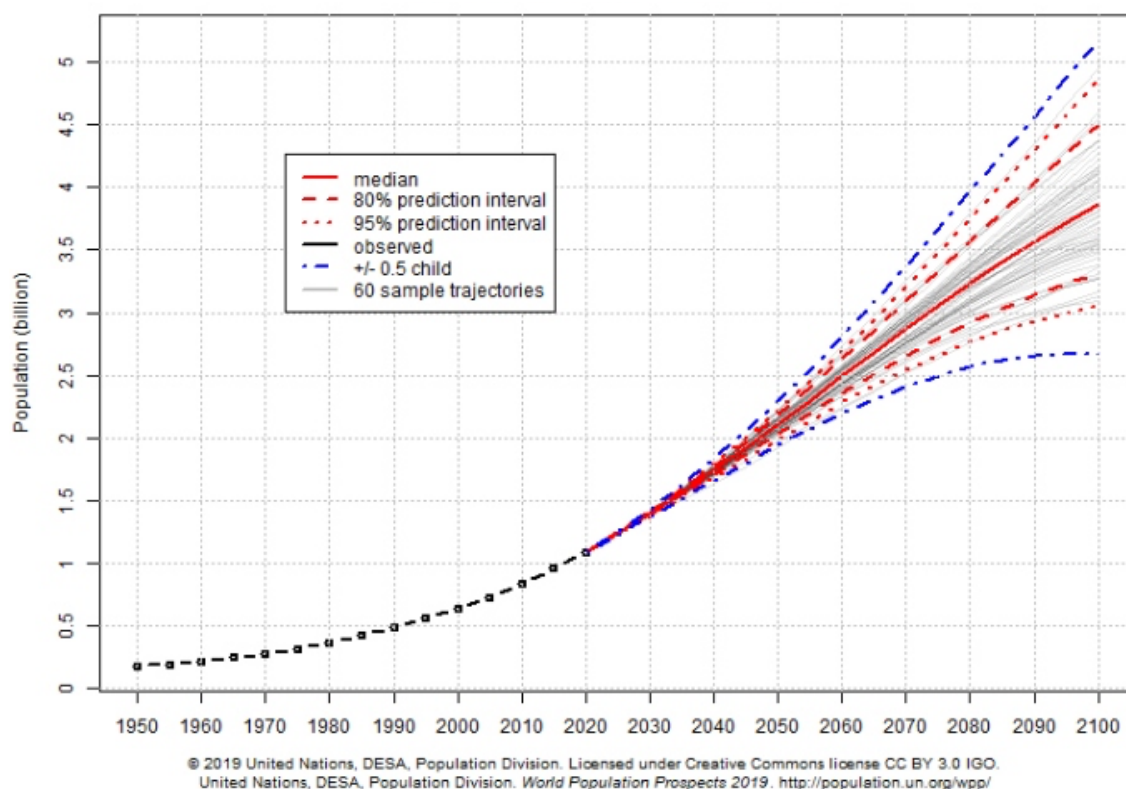


Figura 2 - Gráfico da população total África Subsaariana.

Fonte: (Alves, 2022)

A figura 2 demonstra que, em 1950, a população da ASS era 179 milhões de habitantes e chegou a 1,2 bilhão de habitantes em 2022. Ou seja, aumentou em 1 bilhão de pessoas em 70 anos. A população deve continuar a crescer a ritmo acelerado e pode chegar a 4 bilhões de habitantes em 2100 (Alves, 2022).

Alguns países têm um grande peso no crescimento demográfico, como a Nigéria (150 milhões de habitantes em 2011 e 176 milhões de habitantes em 2020), a Etiópia (85 milhões de habitantes em 2011 e 108 milhões de habitantes em 2020), a República Democrática do Congo (66 milhões de habitantes em 2011 e 90 milhões de habitantes em 2020) e a África do Sul (50 milhões de habitantes em 2011 e 48 milhões de habitantes em 2020). Estes quatro países representam mais de 405 milhões de habitantes da população da ASS (Hugon, 2015).

Apesar de ser considerada a região mais pobre do mundo, a ASS é uma região diversificada apresentando a maior área de livre comércio do mundo composta por países de baixo, médio-baixo e médio-alto rendimento o que “oferece recursos humanos e naturais com potencial para gerar crescimento inclusivo e erradicar a pobreza na região” (Worldbank, 2023). Porém, como consequência do elevado nível de desigualdade, o crescimento econômico destes

países é afetado de forma negativa e torna-se difícil atingir a estabilidade macroeconómica (FMI, 2015).

Nos países da ASS, existe uma presença significativa de desigualdade. Esta desigualdade é ainda exacerbada pelos desafios enfrentados na consolidação das nações africanas, incluindo contextos políticos e sociais que são atormentados pelo crime organizado transfronteiriço, pela corrupção e pela falta de clareza nas relações entre os poderes institucionais, particularmente entre os domínios militar e político. No entanto, apesar destes obstáculos, registaram-se avanços notáveis na última década destinados a reforçar o Estado de direito, a melhorar a governação e a promover processos de democratização. Estes esforços, aliados à procura de oportunidades económicas, desempenham um papel fundamental no alcance do desenvolvimento sustentável (Rodrigues, 2013).

Em 2008, um relatório divulgado pelo Banco Mundial revelou que aproximadamente metade da população residente na ASS ainda lutava para sobreviver e vivia abaixo da linha da pobreza em 2005. Esta revelação é particularmente surpreendente quando se considera a quantidade substancial de assistência ao desenvolvimento que os países africanos receberam de fontes externas ao longo dos anos. Surpreendentemente, vários estudos indicaram que quanto mais ajuda externa essas nações africanas recebiam, mais dependentes elas se tornavam dessa ajuda. Consequentemente, apesar do influxo maciço de ajuda, o crescimento económico nesses países estagnou, deixando-os “presos” a um ciclo de dívida e instabilidade financeira. (Hossain, 2013).

Segundo Easterly e Levine (1997) o crescimento medíocre da África pode ser atribuído a fatores como sistemas educacionais inadequados, instabilidade política, instituições financeiras subdesenvolvidas, mercados cambiais distorcidos, déficits governamentais excessivos e desenvolvimento insuficiente de infraestruturas.

Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), a ASS é o lar de algumas das economias de crescimento mais rápido do mundo. A região tem sido desde há muito tempo um centro de atividade económica e é o lar de várias indústrias e setores. De acordo com o jornal *O Económico* (2023), as projeções do FMI para as maiores economias da região em 2023 são as seguintes:

1. **Nigéria**, com um PIB de 574 mil milhões de dólares;
2. **África do Sul**, com um PIB de 422 mil milhões de dólares;
3. **Angola**, com um PIB de 135 mil milhões de dólares;
4. **Etiópia**, com um PIB de 126,2 mil milhões de dólares;
5. **Quênia**, com um PIB de 117,6 mil milhões de dólares

Os dados dos relatórios de instituições internacionais como o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), Fundo Monetário Internacional (FMI), Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (CNUCED), Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e da Organização das Nações Unidas (ONU) demonstram que os países pertencentes à ASS têm registado progressos notáveis. E apesar da redução dos preços do petróleo, as economias dos países a Sul do Saara têm apresentado bons níveis de crescimento anual do PIB, ilustrado na Figura 3, devido ao surgimento de novos fatores de crescimento alternando as habituais exportações de matérias-primas sem valor acrescentado (Alves, 2022).

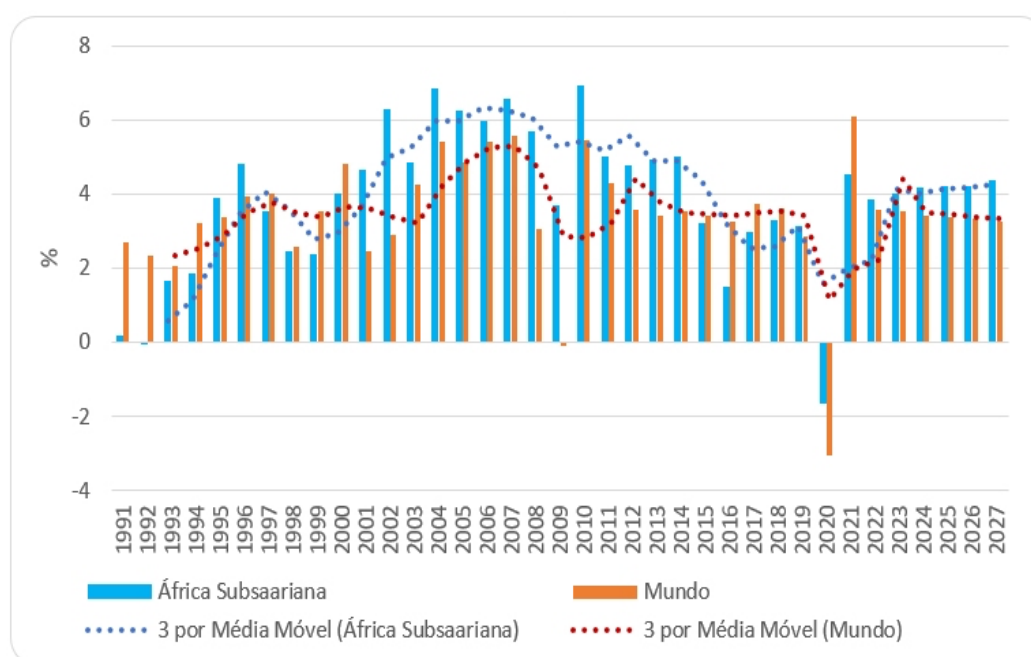


Figura 3 - Gráfico do crescimento anual do mundo e da ASS

Fonte: (Alves, 2022)

A Figura 3 apresenta o crescimento anual do mundo e da ASS entre 1991 e 2021, com projeções até 2027. Segundo os dados da figura, a média móvel trienal indica que o continente africano apresentou taxas mais elevadas que a média global de 2000 a 2014. Na média do período o mundo apresenta crescimento de 3,5% ao ano e a África Subsaariana de 4% ao ano (Alves, 2022).

A fase de crescimento das economias da ASS ocorreu no período entre 2004-2013, durante o qual os países produtores do petróleo da região cresceram anualmente acima de 10%, devido à evolução dos preços das *comodities*, registando-se mais valias em termos de troca bem como algumas reformas macroeconómicas que decorreram neste período. Segundo o FMI

(2012), a taxa média anual de crescimento económico na ASS de 5,7% desde 2004, subiu para 7,1% em 2007, onde o petróleo foi o fator crucial de crescimento. Quanto às economias não produtoras de petróleo da região da ASS em 2007, a economia evoluiu em 5,3%.

Apesar da crise económica e financeira internacional no período entre 2008-2009, os países da ASS conseguiram atingir uma taxa média anual próxima de 4,8%, dada a acumulação de reservas no período anterior. No caso da Nigéria, onde há abundância de recursos naturais, a comercialização do petróleo possibilitou avanços significativos no setor dos serviços, bem como um impulso no setor primário e secundário da sua economia.

Segundo o Fundo monetário internacional (FMI) 2008, a razão que esteve na base do forte desempenho económico na África Subsaariana (SSA) durante a crise, que é significativamente diferente dos verificados em recessões globais, pode ser atribuída a vários fatores, a saber:

- Durante o período que antecedeu a crise, vários países conseguiram reforçar sua estabilidade económica devido ao robustecimento das suas finanças públicas. Isso permitiu-lhes fornecer apoio interno, sustentando ou mesmo aumentando seus níveis de gastos públicos.
- Os preços das principais *commodities* exportadas pela região SSA, como o petróleo, mantiveram-se em níveis elevados desde 2010. Isso pode ser atribuído à procura consistente e robusta dos países asiáticos.
- Os fatores do lado da oferta têm sido positivos em geral, graças à descoberta de recursos naturais, ao crescimento contínuo da produção agrícola e à vitalidade de certas indústrias de serviços. No entanto, a ocorrência de choques climáticos adversos levou a flutuações significativas na produção de alimentos no Sahel e na África oriental.

Porém, o setor financeiro na ASS continua a enfrentar desafios significativos em termos de desenvolvimento e acessibilidade. Em comparação com outras regiões, a ASS demonstra algum atraso no que se relaciona com o acesso por parte de particulares e empresas a serviços financeiros. No entanto, é crucial reconhecer o impacto potencial do setor financeiro no crescimento económico e na redução da pobreza nesta região, particularmente por meio da concessão de crédito e outros serviços financeiros para pequenas e médias empresas (PMEs) (Monfort, Park, and Yabara 2013)

Desde 2008, a inflação na ASS experimentou flutuações notáveis. Essas flutuações podem ser atribuídas principalmente a mudanças nos preços globais de alimentos e combustíveis. No entanto, é importante notar que as condições locais de abastecimento

alimentar também desempenharam um papel significativo em algumas sub-regiões. O impacto dessa volatilidade foi particularmente pronunciado em países de baixo rendimento, onde alimentos e combustíveis representam uma proporção maior do índice de preços ao consumidor. Além disso, os bancos centrais desses países geralmente têm capacidade limitada de controlar a taxa de inflação (Monfort *et al*, 2013).

A queda nos preços globais do petróleo em 2009 impactou negativamente os países que dependem das exportações de petróleo para obter receita. No entanto, a Nigéria conseguiu manter o crescimento económico utilizando as economias substanciais das receitas do petróleo dos anos anteriores para sustentar os gastos públicos e estimular os setores não petrolíferos da economia (Monfort, *et al*, 2013).

Em Angola, uma nação que sofreu consequências negativas significativas, à semelhança da Guiné Equatorial, o fraco desempenho económico foi atribuído principalmente à escassez de fundos para investimento causada pela queda dos preços do petróleo em 2014. Esta circunstância desfavorável levou o governo a colocar esforços consideráveis na necessidade urgente de diversificar a economia. Uma situação paralela ocorreu no Sudão, onde a economia do país sofreu uma transformação significativa, ao sofrer uma perda colossal de aproximadamente 75% das suas receitas petrolíferas devido à separação política. Consequentemente, a diversificação da economia emergiu rapidamente como uma prioridade máxima para as autoridades sudanesas.

Durante o período de 2004 a 2012, as economias da ASS registaram uma taxa de crescimento de 5%. Este valor tem em consideração a taxa de 2,8% registada em 2008, que marcou uma queda significativa de cerca de 50% face à taxa de crescimento de 2007. Ao examinar a dinâmica do PIB na região Subsaariana de 2000 a 2012, torna-se evidente que a taxa de crescimento ficou aquém dos 4,8%. No entanto, é importante notar que o crescimento económico nestes países varia significativamente dependendo se são ou não produtores de petróleo. Os países produtores de petróleo registaram uma taxa média de crescimento do PIB de 6,7% durante este período, enquanto os países não produtores de petróleo registaram apenas uma taxa de crescimento de 3,3% (de acordo com o FMI em 2012).

Ao considerar os indicadores macroeconómicos, pode-se observar que a região da ASS registou um aumento significativo nas taxas de inflação durante os períodos de 2004-2008 e 2009-2012. Além disso, registaram-se défices fiscais contínuos ao longo dos períodos de 1991-2003 e 2008-2012, com exceção dos saldos fiscais alcançados entre 2004-2008. Estes anos em particular destacaram-se pela implementação de práticas exemplares de gestão financeira e pelo reforço do controlo da despesa pública.

No ano de 2014, a economia da ASS registou uma taxa de crescimento moderada de 4,5%, ligeiramente superior à taxa de crescimento de 4,2% no ano anterior, 2013. No entanto, a situação na África do Sul foi diferente, uma vez que a sua taxa de crescimento abrandou significativamente. Isto deveu-se principalmente a greves no sector mineiro, à escassez de eletricidade e à falta de confiança entre os investidores. Angola também enfrentou desafios à medida que a sua produção de petróleo diminuiu, impactando negativamente a sua economia. Além disso, o surto de Ébola teve um impacto grave nas atividades económicas da Guiné, Libéria e Serra Leoa. Por outro lado, a Nigéria, sendo a maior economia da região, testemunhou um grande crescimento graças a um sector não petrolífero próspero. Além disso, muitos países de baixo rendimento da região também registaram um forte crescimento económico. Excluindo a África do Sul, a taxa média de crescimento para o resto da região foi de 5,6% (Nón, 2015).

O impacto da pandemia foi particularmente grave em países com grandes surtos internos, naqueles fortemente dependentes de viagens e turismo, e exportadores de matérias-primas, especialmente exportadores de petróleo, conforme identificado pelo FMI em 2021. Estes países sofreram um golpe significativo nas suas economias, agravando ainda mais os desafios enfrentados pela região. Infelizmente, a tendência positiva mudou em 2020 devido aos desafios sem precedentes colocados pela pandemia da COVID-19. As perturbações na atividade económica causadas pela pandemia e os subsequentes confinamentos resultaram numa contração de cerca de 3,7% na produção na região da ASS. Consequentemente, o rendimento per capita registou um declínio acentuado de 6,1% em 2020. Este revés fez recuar os padrões de vida médios de um número significativo de economias da ASS em pelo menos uma década. Em resumo, a região da ASS testemunhou flutuações no crescimento do PIB entre 2015 e 2019, com uma recuperação modesta em certas economias. No entanto, a pandemia da COVID-19 causou uma contração na produção e um declínio no rendimento per capita, afetando significativamente os padrões de vida de um quarto das economias da ASS.

A região da ASS, registou uma notável taxa de crescimento de 3,1% em 2021. Este crescimento foi predominantemente impulsionado pela diversificação das economias de Angola e da Nigéria, à medida que reduziram a sua dependência do petróleo. Neste período a produção de petróleo da região permaneceu reduzido face aos níveis pré-pandemia devido a interrupções nos trabalhos de manutenção e à diminuição do investimento nas indústrias extrativas. Entretanto, a África do Sul enfrentou obstáculos à sua recuperação inicialmente forte, incluindo graves surtos de COVID-19, agitação social e falhas de energia, conforme declarado pelo estimado Fundo Monetário Internacional (FMI) em 2022. Olhando para 2022, a taxa de crescimento apenas atingiu 3,6%, indicando o impacto persistente da pandemia, a redução do

apoio político, a incerteza política e a deterioração da situação de segurança em certos países (FMI, 2022).

Para o ano de 2023, o Fundo Monetário Internacional prevê uma notável desaceleração na taxa de crescimento da ASS. Esta tendência preocupante pode ser atribuída principalmente a uma escassez significativa de financiamento, decorrente do esgotamento dos recursos de ajuda e da disponibilidade limitada de apoio financeiro privado na região. A não tomada de medidas oportunas e decisivas poderá resultar numa escassez preocupante de fundos, obrigando os países da ASS a reduzirem as suas dotações orçamentais para sectores vitais do desenvolvimento, incluindo cuidados de saúde, educação e infraestruturas. Estas formidáveis restrições financeiras têm o potencial de impedir a região de aproveitar plenamente as suas capacidades inerentes, impedindo, em última análise, a sua jornada rumo ao avanço global.

Quanto a perspectivas futuras, espera-se uma recuperação na ordem dos 4,2% em 2024, em linha com uma recuperação global, redução da inflação e um abrandamento no aperto da política monetária, de acordo com as últimas perspectivas económicas regionais do FMI para a África subsaariana (Selassie, 2023).

A Figura 4 ilustra a participação do PIB da África Subsaariana no PIB mundial entre 1980-2027.

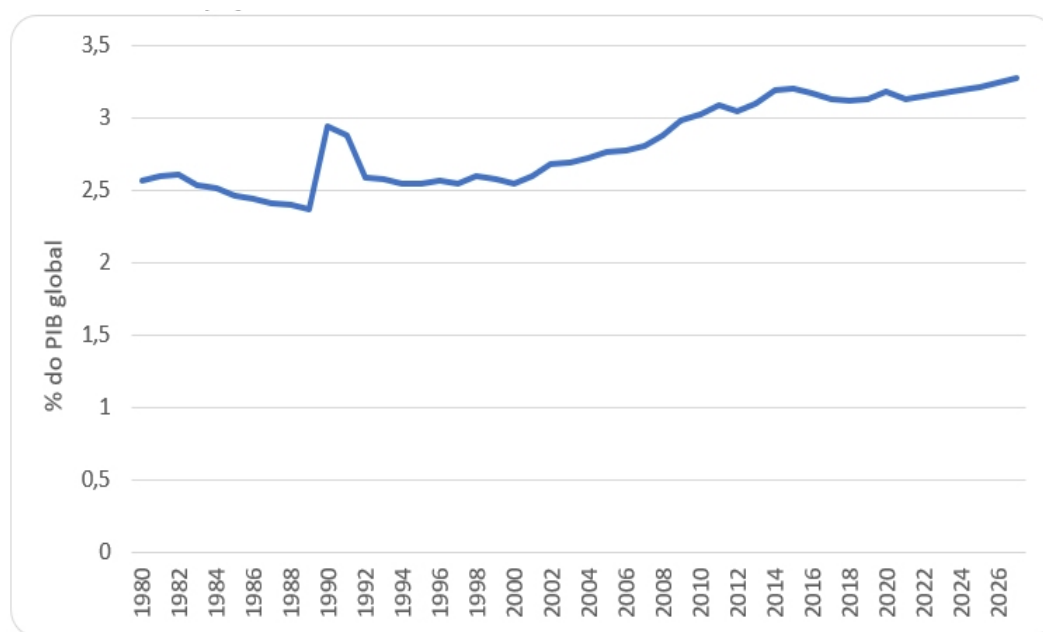


Figura 4 - Gráfico da participação do PIB da África Subsaariana no PIB mundial, 1980-2027.

Fonte: (Alves, 2022)

O PIB da África Subsaariana representava cerca de 2,5% do PIB mundial na década de 1980, e nos dias atuais, encontra-se na faixa dos 3,3% do PIB global. O que evidencia não só o crescimento dos países da ASS como também o seu contributo a nível mundial, embora se mantenha em níveis reduzidos.

Um dos principais objetivos dos esforços da África para impulsionar o setor privado é envolver os seus empresários em vários programas de redução da pobreza que se concentram na prestação de serviços sociais, económicos e de infraestrutura essenciais (Yahie, 2013).

Conforme defendido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI, 2008), é crucial reconhecer a vasta diversidade dentro da região. De facto, com 48 países, a ASS apresenta algumas diferenças em termos de densidade populacional, níveis de rendimento, acesso a recursos e transporte internacional e estabilidade sociopolítica. Essas diversas condições tiveram um impacto significativo no ritmo de crescimento nos últimos vinte anos. Surpreendentemente, o impacto no crescimento nem sempre está alinhado com as expectativas com base em fatores muitas vezes apontados como fatores-chave tais como a localização (litoral *versus* interior) e detenção de recursos naturais abundantes ou não. Existem vários outros fatores que vale a pena destacar a esse respeito:

- A África do Sul, que possui a maior e mais avançada economia da região, experimentou uma taxa de crescimento visivelmente lenta em comparação com o progresso geral da região. Isso pode ser atribuído a uma combinação de obstáculos enfrentados na era *pós-apartheid*.
- Os países afetados por conflitos internos e governos fragilizados (por exemplo, Costa do Marfim, República Democrática do Congo) tiveram um desempenho muito menor do que outros países da região.
- Se excluirmos os países exportadores de petróleo, observa-se que os países de baixo rendimento que não são considerados frágeis tiveram melhor crescimento económico em comparação com outros países da região. De 1995 a 2010, a taxa média de crescimento anual para esses países não frágeis de baixo rendimento foi de 5,5%, superior às taxas de crescimento de 3,4% e de 1,8% para outros países não petrolíferos da ASS estados ditos frágeis respetivamente.

De acordo com o relatório de 2020 da Comissão Económica das Nações Unidas para África, a fim de promover o crescimento económico sustentável, resiliente e inclusivo na ASS, é crucial aumentar a diversificação económica através da industrialização. A diversificação económica e a industrialização podem ajudar a libertar África dos constrangimentos do crescimento volátil e insustentável, que muitas vezes resultam numa criação mínima de

emprego e num impacto limitado na redução da pobreza. No entanto, a concretização das ambições de diversificação económica exige uma força de trabalho suficiente e capaz, tanto em termos de qualidade como de quantidade. Isto implica a implementação de reformas no sistema educativo, especialmente no ensino técnico e na formação profissional, a fim de aumentar a produtividade e reforçar a competitividade industrial de África. É importante notar que a promoção de uma industrialização inclusiva e tecnologicamente avançada não pode ser eficazmente prosseguida sem uma força de trabalho qualificada.

O conjunto limitado de trabalhadores qualificados representa um obstáculo significativo à realização de uma rápida industrialização na África Subsariana, impedindo as empresas de se estabelecerem em sectores de maior valor e de adotarem métodos de produção sofisticados. Consequentemente, é imperativo que os governos, o sector privado e outras partes interessadas tomem medidas proactivas para promover a diversificação económica e atingir os objetivos de desenvolvimento sustentável.

Os países da África Subsariana que se destacam nas exportações são a África do Sul, a Nigéria e Angola. No entanto, é importante notar que o seu foco nas exportações está fortemente centrado no petróleo. Por outro lado, quando se trata de importações, a sua concentração está nos produtos manufaturados, especialmente em máquinas, equipamentos industriais e agrícolas e materiais de transporte. Isto realça uma vulnerabilidade significativa nas economias africanas no que diz respeito à produção de bens de alta tecnologia e derivados de petróleo. Consequentemente, estas nações tornam-se mais suscetíveis ao impacto das flutuações do mercado internacional (Tomé, 2018).

As organizações internacionais destacaram outros fatores que contribuem para o lento crescimento económico em países selecionados da África Subsariana. Um desses fatores é a exclusão de determinados grupos sociais, incluindo mulheres, jovens e pessoas com deficiência. O relatório sobre o Desempenho e Perspetivas Económicas de África (2022) sugere que os países devem dar prioridade a programas sociais abrangentes que visem especificamente estes grupos vulneráveis, juntamente com os trabalhadores informais e os agregados familiares liderados por mulheres. Ao criar oportunidades de emprego para estes grupos marginalizados, podemos capacitá-los para alcançar a independência económica e a resiliência face às incertezas futuras (BAD, 2022). Contudo, alcançar este objetivo exige a implementação das reformas necessárias para apoiar a industrialização, a diversificação e a digitalização, bem como a melhoria da regulamentação do mercado de trabalho para aumentar a adaptabilidade na resposta aos choques. Além disso, melhorar a gestão e a eficiência dos sistemas fiscais públicos, promover inovações no setor privado que impulsionem a produtividade e alinhar os programas

educativos com as necessidades do mercado de trabalho são passos cruciais neste processo (Alves, 2022).

A melhoria da saúde é outro elemento-chave em qualquer esforço para aumentar a produtividade do trabalho e, portanto, a capacidade de geração de renda. O estado de saúde também é um determinante importante da frequência escolar e do desempenho educacional. Um elemento-chave da maioria das estratégias de saúde para os pobres é o fornecimento de sistemas de saúde baseados na comunidade, que dão maior ênfase aos métodos preventivos do que simplesmente curativos. A redução da fecundidade é um objetivo fundamental a ser alcançado afetando a procura por crianças e aumentando a oferta de serviços de redução da fecundidade. Os programas nutricionais também desempenham um papel fundamental (A.M. Yahie, 2013).

Há evidências empíricas substanciais indicando que os indivíduos estão dispostos a pagar por serviços de saúde. Isso é evidente em vários países, como o Zimbábue, onde a implementação de taxas de *by-pass* em hospitais reduziu efetivamente a superlotação e melhorou a eficiência geral dos serviços de saúde pública. Da mesma forma, no Malawi, a maior eficiência na gestão dos hospitais missionários resultou no seu reconhecimento como hospitais distritais. Além disso, pesquisas realizadas na Tanzânia demonstraram consistentemente que os estabelecimentos de saúde operados por organizações não-governamentais (ONGs) funcionam de forma mais eficaz do que os administrados pelo governo. Especificamente, as instalações da ONG têm melhor disponibilidade de medicamentos e seus funcionários possuem habilidades técnicas superiores. Na Tunísia, a decisão do governo de transformar hospitais públicos em empresas privadas gerou ganhos de eficiência. Essas empresas adotaram práticas menos restritivas associadas à gestão orçamental e contratação e rescisão de pessoal, em comparação com as abordagens tradicionais do setor público (Psacharopoulos *et al.*, 1997).

Um grande desafio enfrentado pelos governos africanos é a prestação de serviços às comunidades em áreas remotas e com poucos recursos. Essas comunidades geralmente têm acesso limitado à educação e à saúde, resultando em baixa produtividade e oportunidades limitadas de participação em vários programas. Além disso, a falta de infraestruturas económicas e sociais complica ainda mais o desenvolvimento de programas eficazes. Uma possível solução para enfrentar esses desafios é aumentar o papel do setor privado. Existem várias justificações para essa abordagem. Em primeiro lugar, pode aumentar a eficiência promovendo a concorrência, impulsionando a responsabilidade entre prestadores de serviços e consumidores, implementando estruturas de gestão descentralizadas e incentivando o

comportamento econômico de ambas as partes. Em segundo lugar, pode aumentar a equidade libertando recursos públicos para serem direcionados a grupos marginalizados. Organizações privadas sem fins lucrativos também têm fortes motivações para atingir e atender comunidades de baixo rendimento. Por último, envolver o setor privado pode ajudar a mobilizar recursos adicionais, especialmente considerando os recursos fiscais limitados disponíveis para os governos, que muitas vezes são pressionados devido às condições macroeconômicas e à competição por fundos públicos de outros setores. (Yahie, 2013)

A fim de melhorar a nossa estabilidade econômica da ASS e salvaguardá-la contra perturbações imprevistas, é também crucial reduzir a sua dependência de um único fornecedor de alimentos e, em vez disso, procurar diversificar as suas importações de vários países. O conflito Rússia-Ucrânia ensinou-nos uma lição valiosa sobre a importância de diversificar as fontes de bens e mercadorias essenciais, como energia e alimentos, de forma a fortalecer qualquer região/país contra choques imprevisíveis. Para alcançar a diversificação econômica a longo prazo, é imperativo que se priorize o fortalecimento da auto-suficiência alimentar intra-africana. Isto desempenhará um papel fundamental no reforço da sua resiliência a choques futuros. A Zona de Comércio Livre Continental Africana apresenta-nos perspectivas notáveis para a diversificação do comércio e o estabelecimento de redes comerciais nos principais mercados agrícolas, bem como na produção de bens de valor acrescentado menos voláteis (BAD, 2022).

Os setores financeiros na ASS normalmente não são tão avançados quanto em outras regiões, sendo os sistemas bancários os principais contribuintes para os ativos e operações gerais do setor financeiro. No entanto, tem havido esforços para melhorar esta situação por meio de reformas, como as mencionadas por Kasekende em 2010. Como resultado, a profundidade e extensão dos sistemas financeiros, que podem ser medidos por indicadores como o agregado monetário M2 e crédito do setor privado em relação ao PIB, têm aumentado lentamente nos últimos dez anos, embora partindo de um nível relativamente baixo (FMI, 2008).

A Realidade Angolana

A Economia Angolana

Na presente secção poderemos observar o comportamento dos indicadores escolhidos para caracterizar a economia angolana e que constam igualmente do modelo empírico desenvolvido no capítulo 6. Na figura 5, podemos analisar a grande capacidade de crescimento de Angola perante a média da ASS, registando uma pequena queda em 2009, mas com uma recuperação notória em 2010 tendo depois uma grande queda em 2016 onde recuperou ligeiramente, mas não voltou a ter as mesmas oportunidades desde então, acionando um “alerta” na economia do país. No que se refere ao crescimento do PIB per capita, verificamos uma maior volatilidade em Angola que na média dos países da ASS (Figura 6)

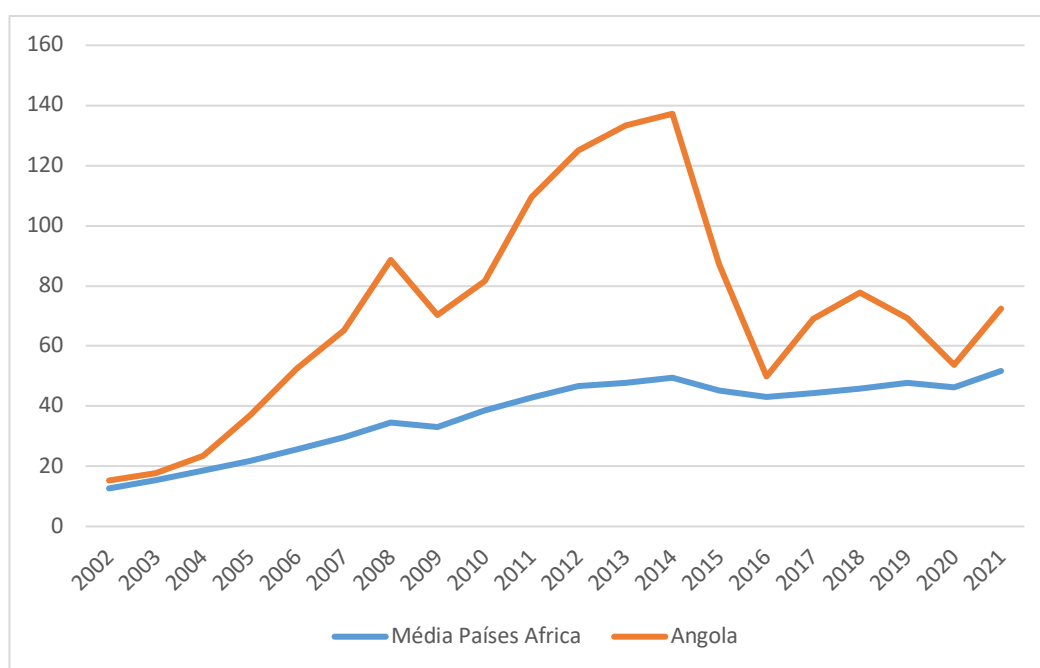


Figura 5 - Gráfico do PIB de 2002 a 2021.

Fonte: Elaboração própria (2023)

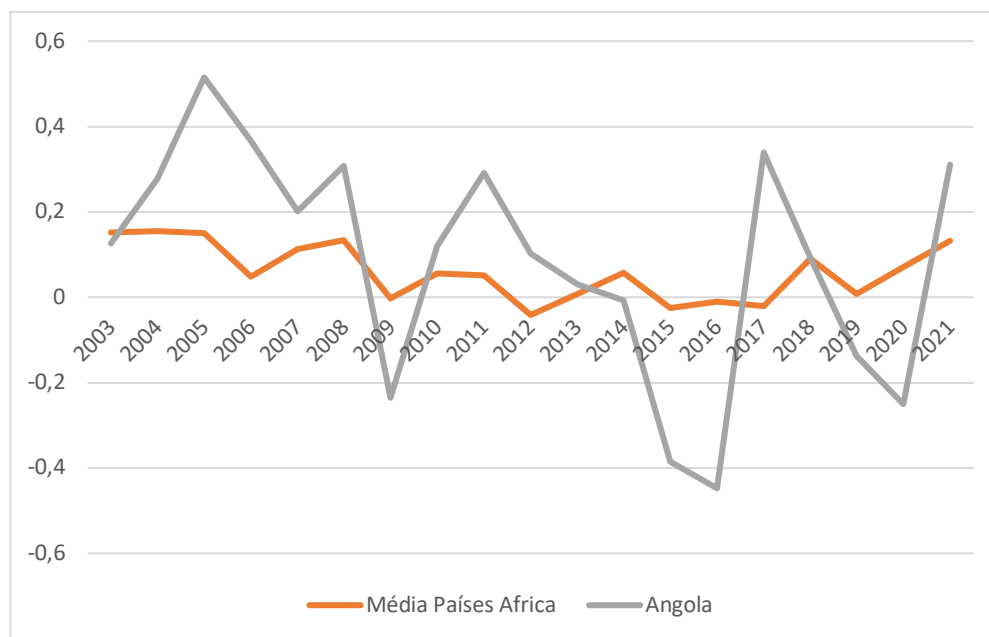


Figura 6 - Gráfico do crescimento do PIB per capita de 2003 a 2021.

Fonte: Elaboração própria (2023)

Na figura 7, podemos analisar que o crédito bancário para o sector privado não financeiro teve uma valorização significativa em 2009, mas que decaiu nos anos seguintes tendo uma valorização em 2015, mas que depois teve um declínio significativo, que foi o oposto da média registada pela ASS, a qual registou uma tendência crescente.

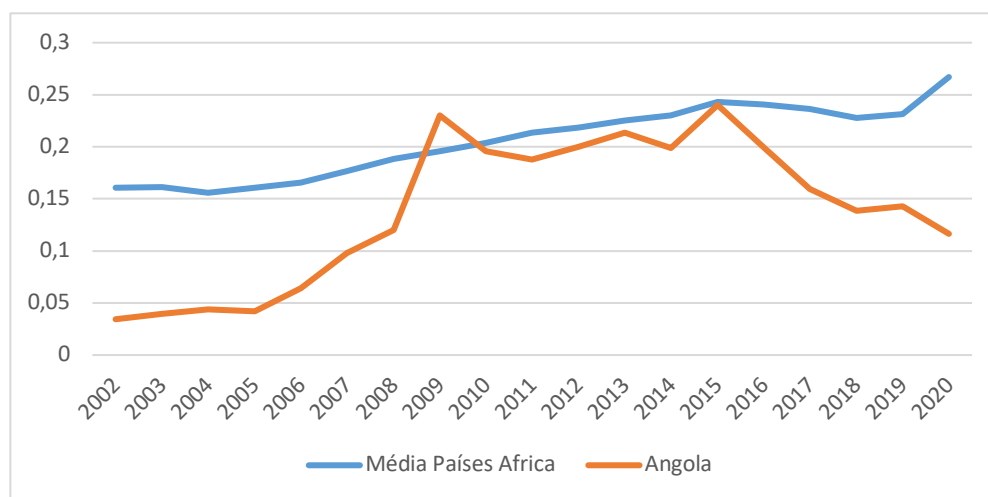


Figura 7 - Gráfico do Crédito bancário para o sector privado não financeiro (% do PIB) de 2002 a 2020.

Fonte: Elaboração própria (2023)

A figura 8 representa a evolução do agregado monetário M2 através da qual podemos perceber o crescimento verificado em Angola até 2009, o declínio até 2012, o crescimento entre 2013 e 2015 e o decréscimo entre 2015 e 2017, convergindo para média dos países da ASS a partir de 2017.

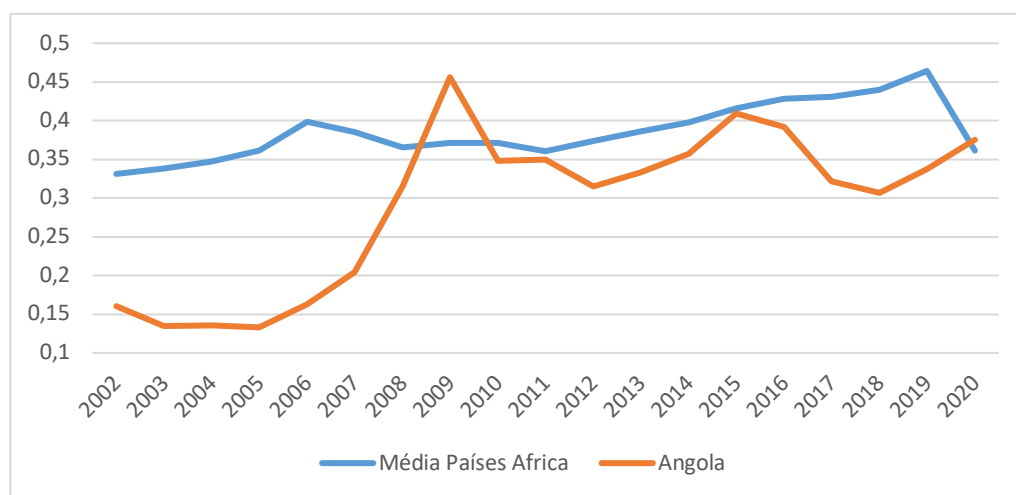


Figura 8 - Gráfico do dinheiro amplo (% PIB) de 2002 a 2020

Fonte: Elaboração própria (2023)

Na análise do gráfico 9 que é o contributo da exportação de bens e serviços % do PIB, vemos uma grande queda, sendo Angola um país muito concentrado economicamente, maior motivo da queda foi a desvalorização do petróleo no período, a partir do ano 2015 a 2017, registou-se o maior ponto do declínio que causou sérios problemas à economia angolana.

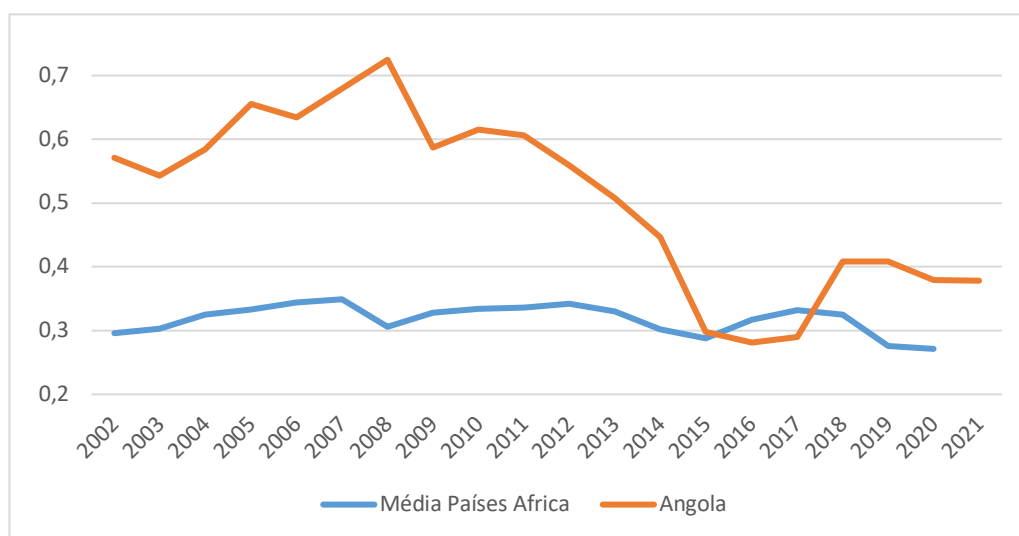


Figura 9 - Gráfico de Exportação de bens e serviços (% do PIB) de 2002 a 2021

Fonte: Elaboração própria (2023)

A partir do índice herfindahl, verifica-se que a economia angolana é mais concentrada do que a média dos países da ASS tendo-se verificado uma tendência de convergência a partir de 2012.

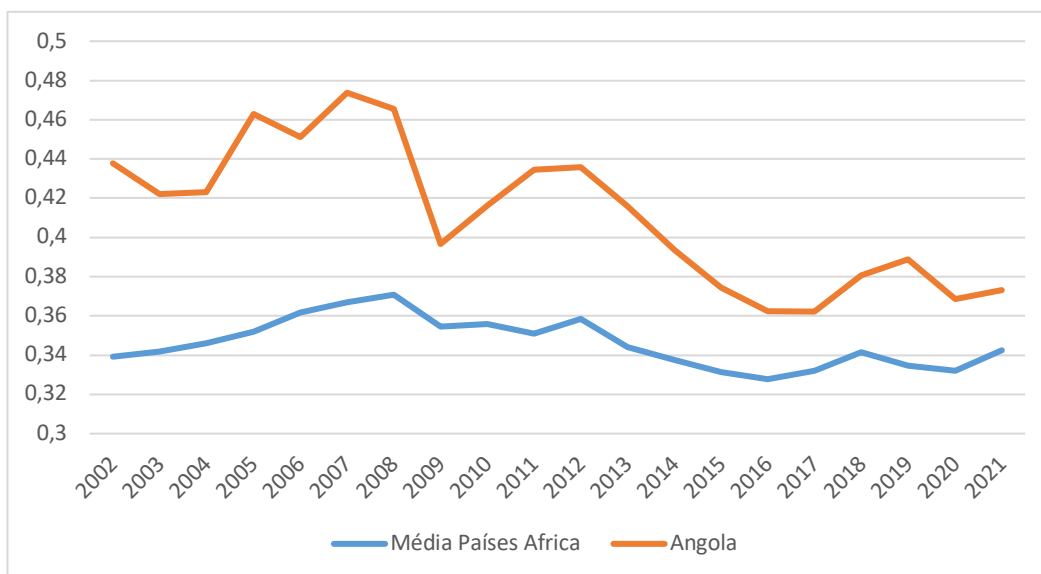


Figura 10 - Gráfico do índice herfindahl de 2002 a 2021

Fonte: Elaboração própria (2023)

No seguinte gráfico, vamos poder notar o fraco poder de compra que Angola possui em relação a média dos países da ASS, mesmo tendo arrecadado muito com a exportação de bens e serviços o consumo privado continua a contribuir muito pouco, tendo uma subida em 2017.

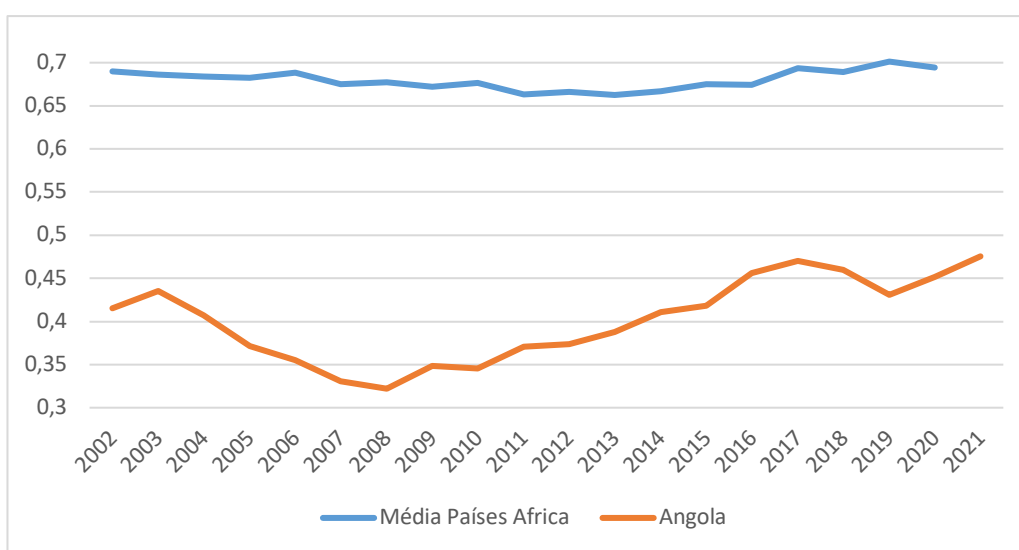


Figura 11 - Gráfico do consumo privado (% do PIB) de 2002 a 2021

Fonte: Elaboração própria (2023)

O Sistema Bancário Angolano

Vários meses antes da declaração oficial de independência do país, especificamente em agosto de 1975, um ato conhecido como "Aquisição Bancária" foi posto em prática. Esta lei teve como objetivo fiscalizar e coordenar as instituições de crédito que tiveram os seus órgãos sociais suspensos temporariamente durante aquele determinado período. Durante este período, não existia apenas o Banco de Angola, que funcionava simultaneamente como banco emitente e comercial, mas também existiam cinco outros bancos, nomeadamente o Banco Comercial de Angola (BCA), o Banco de Crédito Comercial e Industrial (BCCI), Banco Totta Standard de Angola (BTSA), Banco Pinto & Sotto Mayor (BPSM) e Banco Inter Unido. Além disso, existiam mais quatro instituições de crédito especiais, que incluíam o Instituto de Crédito de Angola (ICRA), o Banco de Fomento Nacional (BFN), a Caixa de Crédito Agropecuário e o Monte Pio de Angola (InforBANCA, 2009).

Ao longo dos últimos anos, tem havido esforços notáveis para modernizar o sistema financeiro de Angola, a fim de alinhá-lo com os padrões internacionais. O Banco Nacional de Angola (referido como BNA) tem trabalhado diligentemente no âmbito do seu plano estratégico para 2017-2022 para garantir a estabilidade e a força das instituições bancárias, aumentando assim a confiança no sector financeiro. Para atingir este objetivo, o BNA tem vindo a implementar medidas regulatórias e de supervisão que aderem às orientações definidas por organizações reconhecidas mundialmente (BNA, 2022). O ano de 2021 marcou um marco significativo, com a promulgação de duas importantes leis: a Lei do Banco Nacional de Angola (Lei n.º 24/21, de 18 de Outubro) e a Lei do Regime Geral das Instituições Financeiras (Lei n.º 2021, de 18 de Outubro).

O sistema financeiro em Angola consiste principalmente em dois tipos principais de instituições: bancos, que são considerados instituições financeiras bancárias, e instituições financeiras não bancárias. As instituições financeiras não bancárias incluem diversas entidades como casas de câmbio que prestam serviços de remessas, empresas de microcrédito, prestadores de serviços de pagamento, cooperativas de crédito, empresas de locação financeira e prestadores de serviços bancários móveis, conforme declarado pelo BNA em 2019.

Segundo Peres (2009), o sistema financeiro angolano, especialmente o setor bancário, tem passado por uma significativa modernização. Desta forma, têm surgido vários *players*

nacionais e estrangeiros no domínio da intermediação financeira, considerada uma componente crucial para o progresso económico e social global do país.

Angola, localizada na África Austral, testemunhou inúmeras mudanças no seu sistema financeiro. Antes da independência nacional do país, em Agosto de 1975, foi implementada uma importante medida denominada “Tomar o Banco”. Esta medida teve como objetivo fiscalizar e coordenar as instituições de crédito cujos órgãos sociais estiveram suspensos nesse período. Ao lado do Banco de Angola, que funcionava como banco emissor e comercial, Angola tinha outros cinco bancos operacionais: Banco Comercial de Angola (BCA), Banco de Crédito Comercial e Industrial (BCCI), Banco Totta Standard de Angola (BTSA), Banco Pinto & Sotto Mayor (BPSM) e Banco Inter Unido. Adicionalmente, existiam quatro estabelecimentos de crédito especial, nomeadamente o Instituto de Crédito de Angola (ICRA), o Banco de Fomento Nacional (BFN), a Caixa de Crédito Agrícola e o Montepio de Angola (InforBANCA, 2009).

No ano de 1991, o panorama bancário em Angola sofreu uma transformação significativa devido a vários fatores que provocaram uma mudança no quadro jurídico e económico que rege as atividades bancárias. Antes deste período, as operações bancárias estavam exclusivamente sob o controlo do governo, mas como resultado dos ventos da mudança, o sector foi aberto a entidades privadas. Este importante desenvolvimento marcou a transição para um sistema bancário de dois níveis, dividindo as responsabilidades entre o banco central, conhecido como BNA, e os bancos comerciais e de investimento. O BNA assumiu as funções de banco central, banco emissor e supervisor do sistema financeiro global. Por outro lado, os bancos comerciais e de investimento operavam no segundo nível, atendendo às necessidades do sector privado. Esta reestruturação do sector bancário teve como objetivo promover a concorrência, a eficiência e o crescimento dentro da indústria, contribuindo em última análise para o desenvolvimento global da economia de Angola.

O BNA, enquanto Banco Central da República de Angola, é a entidade reguladora e supervisora de todas as instituições que compõem o sistema financeiro angolano. Deste modo, “de acordo a Lei n.º 16/10 De 15 de Julho (DR I.ª Série n.º 132)¹ artigo 16º nº 1, compete ao Banco Nacional de Angola as seguintes funções:

- Atuar como banqueiro único do Estado;
- Aconselhar o Executivo nos domínios monetários, financeiro e cambial;
- participar com o Poder Executivo na definição, condução, execução, acompanhamento e controlo da política cambial e respetivo mercado;

¹ É revogada a Lei nº 6/97, de 11 de julho e toda a legislação que contrarie o disposto na presente lei.

- Agir, como intermediário, nas relações monetárias internacionais do Estado;
- Velar pela estabilidade do sistema financeiro nacional, assegurando, com essa finalidade, a função de financiador de última instância;
- Gerir as disponibilidades externas do país que lhe estejam cometidas, sem prejuízo do disposto em Lei especial;
- Participar na elaboração da programação financeira anual do Executivo, de modo a compatibilizar a gestão das reservas cambiais e o crédito a conceder pelo Banco Nacional de Angola com as necessidades de estabilização e desenvolvimento da economia. (Artigo 16º da Lei n.º 16/10)”

Como parte do seu plano estratégico para 2017-2022, o Banco Nacional de Angola (BNA) tem trabalhado ativamente para garantir a força e a resiliência das instituições bancárias, promovendo a confiança no sector financeiro e promovendo a estabilidade financeira global. Este compromisso tem levado o BNA a implementar de forma consistente medidas regulatórias e de supervisão que aderem às orientações definidas pelas organizações internacionais (BNA, 2022). Nomeadamente, em 2021, foram introduzidas duas leis importantes - a Lei do Banco Nacional de Angola (Lei n.º 24/21, promulgada em 18 de Outubro) e a Lei do Regime Geral das Instituições Financeiras (Lei n.º 14/21, promulgada em 19 de Maio) - que solidificam ainda mais os esforços para melhorar o panorama financeiro em Angola.

A revisão as referidas leis vieram reforçar a independência e autonomia do BNA, os seus poderes de supervisão, a supervisão baseada no risco, o princípio da proporcionalidade na atuação dos reguladores, bem como a definição do BNA como autoridade macro prudencial e de resolução bancária (BNA, 2022). Prevê ainda a instituição de um fundo de resolução para suporte da aplicação de medidas de resolução de instituições bancárias problemáticas.

Tal como referido no Relatório Anual de Contas de 2021, os bancos procederam a alterações significativas nas suas práticas de supervisão e monitorização. Uma atualização digna de nota é a implementação do Processo de Análise e Avaliação de Supervisores (SREP), que foi introduzido pelo BNA. Este novo processo visa aumentar a eficácia da supervisão, garantindo um acompanhamento rigoroso de vários aspetos como o modelo de negócio, a governação e a gestão de riscos, bem como as posições de capital e liquidez das instituições supervisionadas. O objetivo final é salvaguardar a solvência e a resiliência financeira a longo prazo destas instituições.

Segundo o descrito no relatório Deloitte (2018 página 5), “dadas as dificuldades enfrentadas, as instituições financeiras adotaram soluções não convencionais para a captação de recursos afastando-se, assim, do seu principal papel na economia”.

Os desafios acima mencionados resultam, em parte, da necessidade de recuperação de crédito. Com a economia em declínio e muitas empresas encerrando ou registando reduções significativas na atividade e no volume de negócios, a situação é agravada pelo facto de inúmeras grandes empresas dependerem de serviços ou transações com o Estado. Infelizmente, devido aos recursos limitados, o Estado não consegue reembolsar os créditos que contraiu, levando a uma reação em cadeia onde muitas empresas ficam sem meios para operar eficazmente. Isto resultou num aumento substancial da prevalência do “crédito mau” nos bancos e na economia em geral, conforme destacado pela Deloitte em 2018.

É importante notar que o Estado tem uma presença significativa no sector bancário. Essa presença é evidente direta e indiretamente. Diretamente, o Estado está envolvido na estrutura acionista de três bancos públicos: o Banco de Poupança e Crédito (BPC), o Banco de Comércio e Indústria (BCI) e o Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA). Indiretamente, o Estado está envolvido através da Sonangol, que tem participações em vários bancos, incluindo o Banco Angolano de Investimentos, o Banco Económico, o Banco de Fomento Angola e o Banco Caixa Geral Angola. A Deloitte (2018) sugere que este envolvimento indireto pode contribuir para um desequilíbrio significativo e conflito de interesses no processo de concessão de crédito.

Contudo e conforme é referido por Infobanca (Peres, 2009, página 5), “[...] com a crescente modernização do sistema financeiro angolano, em particular do bancário, outros operadores nacionais e estrangeiros entraram em cena nesta faixa deveras importante da atividade e intermediação financeira, pilar determinante para o desenvolvimento económico e social do país”.

A presença de bancos públicos e privados no sistema financeiro de Angola destaca a diversidade e a concorrência no sector bancário. Os bancos públicos, sendo propriedade do governo, são responsáveis pelo cumprimento de objetivos socioeconómicos específicos definidos pelo governo. Por outro lado, os bancos privados contribuem para os aspetos da economia orientados para o mercado, fornecendo serviços financeiros a indivíduos, empresas e outras entidades. Contudo, vale a pena notar que nem todas as instituições bancárias têm conseguido sustentar as suas operações. Uma instituição bancária teve a sua licença retirada devido à insuficiência de capital para exercer atividades bancárias. Apesar deste revés, no final de 2021, Angola ainda tinha um total de vinte e cinco instituições financeiras bancárias autorizadas a operar no seu sistema financeiro. Estas instituições incluem dois bancos públicos,

dezassete bancos nacionais privados, cinco sucursais de bancos estrangeiros e uma sucursal de um banco estrangeiro.

Em conclusão, o sector bancário em Angola tem registado um crescimento e dinamismo notáveis nos últimos anos. O aumento do número de instituições bancárias reflete a crescente importância do sector na economia do país. Apesar dos desafios enfrentados por algumas instituições, a presença de instituições financeiras bancárias autorizadas, tanto nacionais como estrangeiras, demonstra a diversidade e a competitividade do sector bancário de Angola. A atividade bancária desempenha um papel crucial no crescimento económico e no funcionamento de qualquer país. Angola não é exceção, uma vez que o sector bancário no país tem demonstrado um dinamismo significativo ao longo dos anos. Isto é evidente pelo aumento do número de instituições bancárias de 19 em 2010 para 26 em 2019. De acordo com relatórios da Deloitte em 2010 e do Banco Nacional de Angola (BNA) em 2019, este crescimento significa a crescente presença e importância do sector bancário em Angola. O número crescente de bancos nacionais privados significa o crescimento das instituições financeiras nacionais, o que indica a busca do país pela autossuficiência e independência no seu sector bancário. Além disso, a presença de bancos estrangeiros e das suas sucursais mostra a abertura de Angola às instituições financeiras internacionais e aos seus recursos, o que pode contribuir para o desenvolvimento económico do país.

Tabela 1 - Ranking dos Resultados Líquidos dos bancos.

Ranking	Sigla	Bancos Nome	Valor	
			2021	2020
1	BE	Banco Económico, S.A	173 309	-137 797
2	BFA	Banco de Fomento Angola, S.A	156 472	89 849
3	BAI	Banco Angolano de Investimentos, S.A	141 541	28 672
4	SBA	<i>Standard Bank</i> de Angola, S. A	75 736	36 131
5	BIC	Banco de Comércio e Indústria, S. A	50 126	21 289
6	BCGA	Banco Caixa Geral Angola, S.A	34 416	12 493
7	YETU	Banco Yetu, S.A	10 584	4 140
8	BIR	Banco de Investimento Rural	9 042	11 617
9	BCS	Banco de Crédito do Sul, S.A	8 835	9 353
10	BSOL	Banco Sol	7 780	8 819
11	SCBA	Standard Chartered Bank de Angola	6 922	-21
12	BCH	Banco Comercial do Huambo, S.A	6 356	6 208
13	FNB	Finibanco Angola	4 768	5 667
14	BNI	Banco de Negócios Internacional, S.A	4 050	3 402
15	ATL	Banco Millennium Atlântico, S.A	3 428	15 592
16	BOCLB	Banco da China Limitada- Sucursal em Luanda	3 121	-136
17	BVB	Banco Valor, S.A	2 644	4 380
18	BCA	Banco Comercial Angolano, S.A	2 495	6 799
19	BDA	Banco de Desenvolvimento de Angola	1 934	74 560
20	BMF	Banco BAI Micro Finanças, S.A	1 612	578
21	BPG	Banco Prestígio, S.A	-1 689	3 621
22	BCI	Banco BIC,S.A	-7 515	4 198
23	KEVE	Banco Keve, S.A.R.L	-20 357	1 707
24	BPC	Banco de Poupança e Crédito, S.A	-83 211	-524 923
25	VTB*	Banco VTB África, S.A	n.d.	10 080

* Banco sem informação financeira disponível.

Fonte: (BNA, 2022)

A Tabela 1, elaborada segundo as demonstrações financeiras dos bancos apresenta o *ranking* dos resultados líquidos dos vinte e cinco bancos.

De acordo com os dados da Tabela 2, em 2021 verificou-se o crescimento do lucro do sistema bancário em 295%, recuperando da redução observada em 2019. Esta recuperação teve origem no crescimento do produto bancário e margem financeira. Os destaques prendem-se com o aumento dos resultados do BE, BFA e BAI bem como com a redução do prejuízo do BPC (ver Tabela 1)

No que se refere ao ativo verifica-se a sua redução em 5%, em oposição ao crescimento de 20% registado em 2020 onde se destaca a redução do crédito concedido (-7%). Do lado dos

recursos verificou-se uma redução dos Depósitos de Clientes de 7% em 2021, um valor inferior em cerca de 26 pontos percentuais aos 20% de crescimento verificados em 2020.

Tabela 2 - Indicadores de crescimento do setor bancário angolano.

Indicadores de crescimento	2021	2020	2019	2018
Ativo	-5%	20%	21%	25%
Crédito líquido a clientes	4%	9%	-7%	-6%
Depósitos de clientes	-7%	20%	29%	31%
Margem financeira	16%	23%	-4%	24%
Produto bancário	65%	-50%	-1%	104%
Resultado Líquido do Exercício	295%	26%	-182%	203%

Fonte: (Deloitte, 2022)

Todavia, segundo o Relatório Anual de Contas de 2021, o sector bancário manteve-se sólido e resiliente com níveis de adequação de capital acima do limite mínimo regulamentar (BNA, 2022).

Questões de Investigação, Hipóteses a Testar e Dados Utilizados

Com esta tese pretende-se responder empiricamente às seguintes questões:

- i) Qual o impacto da diversificação económica no crescimento económico?
- ii) Qual o impacto das características do sistema bancário no crescimento económico? e
- iii) Quais as lições a extrair para a economia angolana.

Para o efeito irão ser testadas as seguintes hipóteses:

H_A0: Não existe uma relação entre a diversificação económica e o crescimento económico.

H_A1: Existe uma relação positiva entre a diversificação económica e o crescimento económico.

H_B0: Não existe uma relação entre as características do sistema bancário e o crescimento económico

H_B1: Existe relação entre as características do sistema bancário e o crescimento económico

Tendo em conta a revisão de literatura efetuada (incluindo os relatórios das instituições internacionais), é expectável que a diversificação tenha um impacto positivo no crescimento económico, assim como um sistema bancário desenvolvido. Para o efeito utilizamos uma base de dados composta por uma amostra de 48 países africanos para um período de 20 anos (2002-2021).

Para o desenvolvimento deste estudo, utilizou-se como fonte o site “The World Bank” e também o “The Global Economy” de forma a recolher os dados das 8 variáveis usadas no estudo, sendo uma delas dependente: crescimento económico (medida pelo crescimento do PIB *per capita*) e 7 independentes: nível de diversificação da economia; exportação de bens e serviços, agregado monetário M2, investimento público, consumo privado, formação bruta de capital fixo e crédito concedido pelos bancos comerciais ao setor privado não financeiro.

A descrição das variáveis utilizadas neste estudo é apresentada na tabela seguinte, com informação sobre a sua forma de cálculo e base de dados.

Tabela 3 - Variáveis – Descrição e Base de Dados

Esta tabela apresenta a descrição das variáveis utilizadas neste estudo e as respectivas bases de dados.

Variables	Description	Source
Crescimento do PIB per capita	Taxa de variação do PIB per capita entre dois períodos	Banco Mundial
M2/PIB	Agregado monetário M2 em percentagem do PIB. O agregado monetário M2 refere-se a todas as várias formas de dinheiro disponíveis em uma economia. Inclui itens como dinheiro, contas correntes e títulos do governo. É a maneira mais inclusiva de medir a oferta monetária de um país e inclui dinheiro que pode ser facilmente convertido em dinheiro.	Banco Mundial
FBCF/PIB	Formação Bruta de Capital Fixo em percentagem do PIB.	Banco Mundial
Exp/PIB	Exportações em percentagem do PIB	Banco Mundial
ConsGov/PIB	Investimento Público em percentagem do PIB	Banco Mundial
ConsPriv/PIB	Consumo privado em percentagem do PIB	Banco Mundial
IH	Índice de Herfindahl o qual mede a contribuição de cada um dos sectores para a economia. Calcula-se através da soma dos quadrados do contributo de cada sector para o PIB. Quanto maior o valor, mais concentrada é a economia.	Cálculos próprios
CBSPNF_PIB	Crédito bancário ao sector privado não financeiro em percentagem do PIB	Banco Mundial

Estatísticas Descritivas

A Tabela 4 apresenta as estatísticas descritivas das variáveis escolhidas.

O crescimento do PIB *per capita* apresenta uma média de 0,059, um desvio padrão de 0,031, o percentil 25 de -0,017, um percentil 50 de 0,049, um percentil 75 de 0,124, um mínimo de -0,981 e um máximo de 5,274. O agregado monetário M2(M2_PIB) apresenta uma média de 0,382, um desvio padrão de 0,290, com um percentil 25 de 0,193, um percentil 50 de 0,262, um percentil 75 de 0,461, um mínimo de 0,029 e um máximo de 1,767. A formação bruta de capital fixo (FBCF) com uma média de 0,223, um desvio padrão de 0,098, com um percentil 25 de 0,193, um percentil 50 de 0,206, um percentil 75 de 0,267, um mínimo de 0,034 e um máximo de 1,515. O investimento público (Cons gov PIB) com uma média de 0,152, um desvio padrão de 0,070, com um percentil 25 de 0,100, um percentil 50 de 0,141, um percentil 75 de 0,181, um mínimo de 0,006 e um máximo de 0,569. O Consumo privado com uma média de 0,680, um desvio padrão de 0,178, com um percentil 25 de 0,617, um percentil 50 de 0,718, um percentil 75 de 0,789, um mínimo de 0,129 e um máximo de 1,507. Exportações apresenta uma

média de 0,317 , um desvio padrão de 0,210 , com um percentil 25 0,182 de , um percentil 50 de 0,270 , um percentil 75 0,402 de , um mínimo de 0,004 e um máximo de 1,667. O Índice Herfindahl (IH) com uma média de 0,346 de , um desvio padrão de 0,110 , com um percentil 25 0,300 de , um percentil 50 de 0,333 , um percentil 75 de 0,407 , um mínimo de 0,013 e um máximo de 0,756. Por fim, o Crédito bancário ao setor não-financeiro (CBSPNF_PIB) com uma média de 0,204 , um desvio padrão de 0,176, com um percentil 25 de 0,094 , um percentil 50 de 0,145 , um percentil 75 de 0,248 , um mínimo de 0 e um máximo de 1,062.

Tabela 4 - Estatísticas Descritivas das Variáveis

Nesta Tabela apresenta-se as estatísticas descritivas de cada uma das variáveis para o período compreendido entre 2002-2021. A tabela apresenta o numero de observações, a media, o desvio-padrão, o mínimo, o máximo e os percentis 25, 50 e 75 das seguintes variáveis: Crescimento do PIB per capita calculado como a variação do PIB per capita entre dois períodos, M2_PIB calculado como agregado monetário M2 () em percentagem do PIB; FBCF calculada como a Formação Bruta de Capital Fixo em percentagem do PIB; ConsGov_PIB calculado como o Investimento Publico em percentagem do PIB; ConsPriv_PIB calculado como o Consumo Privado em percentagem do PIB; Exp_PIB calculada como a Exportações em percentagem do PIB; IH Índice de Herfindahl tendo como objetivo medir o nível de diversificação da economia, obtém-se da soma dos quadrados do contributo de cada sector para o PIB. Quanto maior o valor, mais concentrada é a economia; e CBSPNF_PIB calculado como o Crédito Bancário ao Sector Privado não-financeiro em percentagem do PIB.

	Crescimento PIB per capita	M2_PIB	FBCF_PIB	Cons_Gov_PIB	Cons_Priv_PIB	Exp_PIB	IH	CBSPNF_PIB
Número de observações	1005	943	907	869	869	953	1006	968
Média	0,0591483	0,3824282	0,2233541	0,1527839	0,6808428	0,3173296	0,3461671	0,2042841
Desvio-padrão	0,3190994	0,2908977	0,0988176	0,0708434	0,1787799	0,2105361	0,1109438	0,1768334
Percentil 25	-0,0178836	0,1936242	0,1629438	0,1009222	0,6174846	0,1826	0,3009771	0,0947
Percentil 50	0,0494962	0,2628423	0,2069778	0,1419553	0,7182031	0,2708	0,3339472	0,14585
Percentil 75	0,124922	0,4617779	0,267892	0,1813603	0,7891387	0,4021	0,4075736	0,24385
Mínimo	-0,9810321	0,0291726	0,0346229	0,0067285	0,1290438	0,0044	0,0135218	0
Máximo	5,274598	1,767889	1,515489	0,5696036	1,507268	1,6672	0,7562124	1,0626

Metodologia

Com o objetivo de responder às questões de investigação apresentadas no capítulo 5 recorreu-se a uma regressão em painel com efeitos fixos ao nível do país e do período. Para mitigar a heterocedasticidade e autocorrelação dos erros estes foram corrigidos utilizando o método clusters ao nível do país. De forma a mitigar a possibilidade de endogeneidade as variáveis explicativas foram desfasadas a 1 período.

Assim, foi utilizado o seguinte o modelo:

$$C_PIBcapita_{ct} = \beta_0 + \beta_1 M2_PIB_{ct-1} + \beta_2 FBCF_PIB_{ct-1} + \beta_3 Exp_PIB_{ct-1} + \beta_4 ConsGov_PIB_{ct-1} \\ + \beta_5 ConsPriv_PIB_{ct-1} + \beta_6 IH_{ct-1} + \beta_7 CBSPNF_PIB_{ct-1} + C_c + C_t + e_{it}$$

O $C_PIBcapita_ct$ representa a diferença do PIB per capita entre dois períodos, $M2_PIB$ representa o agregado monetário M2 em percentagem do PIB, $FBCF_PIB$ representa a Formação Bruta de Capital Fixo em percentagem do PIB, Exp_PIB representa o valor das exportações em percentagem do PIB, $ConsGov_PIB$ representa o investimento publico em percentagem do PIB, $ConsPriv_PIB$ representa o consumo privado em percentagem do PIB, o IH representa o nível de diversificação da economia, $CBSPNF_PIB$ representa o crédito bancário ao sector privado não financeiro em percentagem do PIB, C representa o país e t o período, C_c e C_t representam os efeitos fixos a nível país e período, e_{it} é o termo do erro. Todas as variáveis são desfasadas a um período de forma a corrigir endogeneidade.

Análise de Resultados

Neste capítulo pretende-se dar resposta às questões de investigação.

Tendo em consideração a primeira questão de investigação, podemos afirmar que a diversificação da economia contribui para o crescimento económico, ou seja um aumento do índice de Herfindal de 1 ponto (ou seja um aumento da concentração da economia em 1 ponto) contribui para a diminuição do PIB per capita entre 0.28 e 0.34 pontos percentuais. O coeficiente é estatisticamente significativo a 10%. Podemos assim rejeitar a hipótese nula formulada (H_{A0}).

Relativamente ao desenvolvimento do sistema bancário (medido através do crédito concedido ao sector privado não financeiro) não se encontra evidência empírica da sua relação com o crescimento económico para a amostra de países e período utilizados. Não podemos rejeitar a hipótese nula formulada (H_{B0}).

Relativamente às restantes variáveis explicativas as relações com o crescimento económico são as esperadas tendo em conta a literatura.

Assim sendo, partimos para a última questão: Quais as conclusões que podemos extrapolar para a realidade Angolana? Tal como referido nesta análise, a economia angolana não tem evidenciado um elevado grau de diversificação sendo um país totalmente dependente do petróleo a sua economia muito depende do mercado externo e com as oscilações cambiais, a economia de Angola tem sido mais prejudicada que beneficiada, a sua economia fora do ramo petrolífero é quase inexistente. Angola deveria apostar na diversificação. Porém, como é amplamente reconhecido, para tornar a economia mais diversificada, Angola tem de investir na melhoria de outras condições principalmente na saúde para um melhor desempenho da população no contexto de trabalho e na educação para melhores qualificações de forma que surjam novos negócios em setores diferentes contribuindo assim para a melhoria da diversificação da atividade económica.

Quanto ao sistema bancário, não se encontrou evidência empírica do seu impacto no crescimento económico. Todavia, se recorrermos à literatura, podemos verificar que um sistema bancário desenvolvido é importante para o crescimento económico. Este último resultado resulta do reduzido desenvolvimento do sistema bancário caracterizado por uma intermediação inadequada e ineficaz e por uma concorrência restrita. O avanço do sector bancário é dificultado por vários obstáculos, tais como a dimensão limitada dos mercados internos, os baixos níveis

de rendimento e a ausência de direitos dos credores e de mecanismos de execução judicial (Montfort et al., 2013).

Tabela 5 - Principais Resultados das Regressões

Esta tabela apresenta os resultados do seguinte modelo empírico:

$$C_PIBcapita_{ct} = \beta_0 + \beta_1 M2_PIB_{ct-1} + \beta_2 FBCF_PIB_{ct-1} + \beta_3 Exp_PIB_{ct-1} + \beta_4 ConsGov_PIB_{ct-1} + \beta_5 ConsPriv_PIB_{ct-1} + \beta_6 IH_{ct-1} + \beta_7 CBSPNF_PIB_{ct-1} + C_c + C_t + e_{it}$$

Onde o $C_PIBcapita_{ct}$ representa a diferença do PIB per capita entre dois períodos, $M2_PIB$ representa o agregado monetário M2 em percentagem do PIB, $FBCF_PIB$ representa a Formação Bruta de Capital Fixo em percentagem do PIB, Exp_PIB representa o valor das exportações em percentagem do PIB, $ConsGov_PIB$ representa o investimento publico em percentagem do PIB, $ConsPriv_PIB$ representa o consumo privado em percentagem do PIB, o IH representa o nível de diversificação da economia, $CBSPNF_PIB$ representa o crédito bancário ao sector privado não financeiro em percentagem do PIB, C representa o país e t o período, C_c e C_t representam os efeitos fixos a nível país e período, e_{it} é o termo do erro. Todas as variáveis são desfasadas a um período de forma a corrigir endogeneidade. O período considerado é 2002-2021. Os erros padrão são robustos utilizando-se para o efeito o método de clusters ao nível do país. * representa significância estatística a 10%, ** a 5% e *** a 1%.

Variáveis explicativas	Regressão 1	Regressão 2	Regressão 3
Constante	0,1337 (0,1680)	0,0366 (0,1474)	0,1555 (0,1546)
DA_PIB	-0,0817*** (0,0286)	-0,0593* (0,0330)	-0,0712*** (0,0257)
FBCF_PIB	0,1071** (0,0458)	0,0884* (0,0485)	0,1145** (0,0497)
EXP_PIB	0,1227 (0,1270)	0,0936 (0,1150)	0,1835 (0,1314)
ConsGov_PIB	0,0720 (0,2262)	-0,1128 (0,1871)	-0,0365 (0,1824)
ConsPriv_PIB	-0,0604 (0,2043)	0,0253 (0,1770)	-0,0393 (0,1786)
IH	-0,2827* (0,1511)	- -	-0,3047* (0,1609)
CBSPNF_PIB	- -	-0,1478 (0,1582)	-0,1996 (0,1694)
F	3,48	4,04	3,35
Prob > F	0,0064	0,0017	0,0060
Efeitos-Fixos País	Sim	Sim	Sim
Efeitos-Fixos Período	Sim	Sim	Sim
R ²	0,2493	0,3956	0,3956
Observações	634	625	615

Conclusões

Com a elaboração desta dissertação, é possível verificar que a diversificação em África, principalmente na África Subsaariana é um assunto que tem vindo a ser abordado há bastante tempo. Porém, muitos destes países não conseguem passar da teoria à ação, por diversos fatores, que não são valorizados. A região subsaariana é caracterizada pela falta de diversificação económica, tornando-a assim a região menos exposta ao potencial crescimento económico associado à mesma. Na economia subsaariana, o setor primário, principalmente a agricultura, continua a ser o maior empregador, representando cerca de 50% do emprego, com algumas exceções notáveis, como a África do Sul e as Maurícias (Tomé, 2018). No entanto, a baixa qualificação dos agricultores e a migração da população masculina das áreas rurais representam desafios significativos para o aumento da produtividade agrícola na região subsaariana.

De acordo com Easterly e Levine (1997), a falta de progresso significativo na economia africana pode ser explicada pela presença de diversos fatores negativos que atuam como obstáculos ao crescimento sustentável. Entre esses fatores estão os sistemas educacionais deficientes, a instabilidade política persistente, a falta de instituições financeiras sólidas, a existência de mercados cambiais desequilibrados, os déficits governamentais excessivos e a escassez de investimentos na infraestrutura necessária para impulsionar o desenvolvimento económico. Esses problemas em conjunto têm impedido a África de alcançar o seu verdadeiro potencial e de se destacar no cenário global como uma força económica significativa. A inflação na África Subsaariana (SSA) tem apresentado flutuações significativas desde 2008, e essas variações são principalmente resultado das alterações nos preços internacionais dos alimentos e dos combustíveis, e com estas flutuações, quem mais sofreu foi a população criando défices no crescimento da mesma.

De uma forma resumida, os maiores obstáculos para uma África subsaariana diversificada são:

- Poucas condições de vida e consequentemente, muita gente na linha de pobreza, afetando a produção interna;
- Há pouca educação e formação, logo pouca qualificação;
- As flutuações nos preços do mercado internacional criam a inflação nos países africanos;
- A instabilidade política, tem sido um tema bastante debatido nos últimos anos, os golpes de estado têm aumentado e os conflitos internos também;

- As instituições financeiras não são sólidas, contribuem pouco para a criação de negócios e emprego no país.

Quando se analisa o caso particular de Angola, conclui-se que o país é caracterizado por uma série de fatores que têm vindo a prejudicar o seu crescimento como são:

- Dependência máxima de um único sector;
- Vulnerabilidade às alterações do preço de mercado deste setor que mais dependem;
- Pouco apoio por parte da banca para criação de novos negócios;
- Pouca qualificação do capital humano;
- Fracas condições de trabalho;
- Fraca inovação no sector tecnológico.

Ao utilizar-se uma amostra de 48 países da ASS conclui-se que a diversificação da economia tem um impacto positivo no crescimento económico. Porém, no que se refere ao impacto do desenvolvimento do sistema bancário na economia, ao contrário do verificado na literatura existente, não se obteve qualquer impacto estatisticamente significativo. Este resultado poderá resultar do reduzido desenvolvimento do sistema bancário na ASS, caracterizado por uma intermediação inadequada e ineficaz e por uma concorrência restrita.

Tendo em conta os resultados obtidos, Angola deveria apostar na diversificação. Porém, como é amplamente reconhecido, para tornar a economia mais diversificada, Angola tem de investir na melhoria de outras condições principalmente na saúde para um melhor desempenho da população no contexto de trabalho e na educação para melhores qualificações de forma que surjam novos negócios em setores diferentes contribuindo assim para a melhoria da diversificação da atividade económica.

No que se relaciona com algumas limitações refira-se a dificuldade na obtenção de dados de vários países africanos, limitando assim a análise. Ainda assim conseguimos apurar resultados que nos levaram a conclusões muito importantes na atual dissertação.

A diversificação em Angola é um assunto relativamente “novo”, há poucos artigos que mencionam o assunto, o que criou também uma pequena dificuldade, mas ao mesmo tempo uma oportunidade.

Durante a elaboração da dissertação surgiram várias questões que gostaria que fossem futuramente estudadas:

- Como os países africanos podem reverter esta situação sem recorrer à empréstimos externos?
- Melhores condições de trabalho contribuem diretamente na produtividade?
- Quais os setores que Angola pode apostar mais para o seu projeto de diversificação?

Referências Bibliográficas

- Acaravci, A., Ozturk, I., & Acaravci, S. (2009). *Financial development and economic growth: Literature survey and empirical evidence from Sub-Saharan African countries*. South African Journal of Economic and Management Sciences, 12(1), 11-27
- Alves, D. (2022). *Crescimento econômico da África Subsaariana e déficit social e ambiental* Liinc em Revista, [S. l.], v. 18, n. 1, p. e5942, 2022. DOI: 10.18617/liinc.v18i1.5942. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5942>.
- Apergis, N., Filippidis, I., & Economidou, C. (2007). *Financial deepening and economic growth linkages: a panel data analysis*. Review of World Economics, 143, 179-198. <https://doi.org/10.1007/s10290-007-0102-3>.
- Banco Angolano de Investimentos (BAI) (2020). *Relatório Semestral de Conjuntura Económica*, 1-43. https://www.bancobai.ao/media/2536/relatorio_de_conjuntura_economica_-_i_semestre_2020-cleaned.pdf.
- Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) (2022). *Perspetivas Económicas em África 2022. Apoiar a Resiliência Climática e uma Transição Energética Justa em África*. <https://www.afdb.org/pt/noticias-e-eventos/cop27-banco-africano-de-desenvolvimento-apresenta-o-seu-relatorio-sobre-perspetivas-economicas-africanas-2022-centrado-na-resiliencia-climatica-e-na-transicao-energetica-justa-56623>
- Banco Nacional de Angola (BNA) (2022). *Relatório Anual de Contas 2021*, 1-168. <https://www.bna.ao/#/pt>
- Banco Nacional de Angola (BNA) (2019). *Relatório de Estabilidade Financeira*, 1-70. <https://www.bna.ao/#/pt>.
- Caiado, A. C., & Caiado, J. (2008). *Gestão de Instituições Financeiras*. Lisboa: Sílabo <https://static.fnac-static.com/multimedia/PT/pdf/9789726189473.pdf>
- Carvalho, A. (2018). *Crescimento Econômico, Desenvolvimento Socioeconômico e dotação de recursos naturais versus armadilha da pobreza: Evidências para Amazônia Legal nas últimas duas décadas (1992-2014)*. Doctoral dissertation, Universidade Federal do Oeste do Pará. <https://repositorio.ufopa.edu.br/jspui/handle/123456789/56>.

- Chen, K., Wu, L., & Wen, J. (2013). *The relationship between finance and growth in China*. Global Finance Journal, 24(1), 01-12.
<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1044028313000070>.
- Deidda, L., & Fattouh, B. (2002). *Non-linearity between finance and growth*. Economics Letters, 74(3), 339-345.
<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0165176501005717>
- Deloitte. (2010). *Banca em análise; Performance anual do setor em Angola, 1-76*.
<https://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/ao/Documents/financial-services/Bancaemanalise/Banca%20em%20analise%202010.pdf>
- Deloitte. (2018). *Governance da Banca Angolana- Desafios e Oportunidades, 1-113*.
https://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/ao/Documents/financial-services/Bancaemanalise/Deloitte_BA2018_Completo-Digital-v09.pdf
- Deloitte. (2022). *Rumo à transformação para um futuro mais sustentável, Banca em Análise 2022, 1-138*.
<https://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/ao/Documents/financial-services/Bancaemanalise/banca-em-analise-2022.pdf>
- Drummond, I., & Aguiar, Á. (2004). Desenvolvimento do sistema financeiro e crescimento económico. *Caderno do Mercado de Valores Mobiliários* (18), 22-46.
- Fundo Monetário Internacional (FMI) (2012). World Economic and Financial Surveys. *Regional Economic Outlook. Sub-Saharan Africa. Sustaining Growth amid Global Uncertainty, 1-136*.
<https://www.imf.org/en/Publications/REO/SSA/Issues/2017/02/01/Sustaining-Growth-amid-Global-Uncertainty>
- Fundo Monetário Internacional (FMI) (2015). World Economic and Financial Surveys. *Regional Economic Outlook. Sub-Saharan Africa. Navigating Headwinds, 1-123*. <https://www.imf.org/external/pubs/ft/reo/2015/afr/eng/>
- Fundo Monetário Internacional (FMI) (2021). *Perspetivas económicas globais: África Subsariana – Atravessar uma Longa Pandemia, 1-38*
<https://www.imf.org/pt/News/Articles/2021/04/14/pr21108-sub-saharan-africa-navigating-a-long-pandemic>

- Fundo Monetário Internacional (FMI) (2022). *Perspetivas económicas globais: África Subsariana – Viver no Limiar*, 1-28
- Goldsmith, R. (1969). *Financial structure and development*. New Haven: Yale University Press. <https://academic.oup.com/ej/article-abstract/80/318/365/5236174>
- Hugon, P. (2015). *Geopolítica de África (3.ª edição ed.)*. Lisboa: Escolar editora.
- InforBANCA. (2009). *O Sistema Financeiro Angolano*. https://www.ifb.pt/wp-content/uploads/2018/05/IFB-InforBanca_080.pdf
- Karimo, T., & Ogbonna, O. (2017). Financial deepening and economic growth nexus in Nigeria: *Supply-Leading or demand-Following?* *Economies*, 5(4), 01-18. <https://www.mdpi.com/2227-7099/5/1/4>
- Keynes, J. (1937). *The "ex-ante" theory of the rate of interest*. *The Economic Journal*, 47(188), 663-669. <https://www.jstor.org/stable/2225323?origin=crossref>
- Lucas, R. (1988). *On the Mechanics of Economic Development*. *Journal of Monetary Economics*, 22(1), 3-42. <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/0304393288901687?via%3DiHub>
- Moreira, K. (2019). *Relação entre o Desenvolvimento Financeiro e o Crescimento, Económico na África Subsaariana*. Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, Porto. https://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/14000/1/Katia_Solange_MCF_2019.pdf
- Nações Unidas (ONU) (2020). *Construir competências para a diversificação económica na África Central*. https://www.uneca.org/sites/default/files/SROs/Central-Africa/ICE-CA-36/note_conceptuelle_portugais_cie_2020.pdf.
- Odhiambo, N. (2009). *Finance-growth nexus and inflation dynamics in Kenya: An empirical investigation*. *Savings and Development*, 33(1), 07-25. <https://www.jstor.org/stable/41406481>
- Ogunyiola, A. (2013). Financial development and economic growth: *The case of Cape Verde*. <https://mpira.ub.uni-muenchen.de/49783/>

- Peres, J. L. (junho de 2009). *Caraterização do sistema financeiro Angolano* . InforBanca- O sistema Financeiro Angolano , pp. 4-7. https://www.ifb.pt/wp-content/uploads/2018/05/IFB-InforBanca_080.pdf
- Rodrigues, C. C. (2013). *África Subsariana: perspectivas de segurança e desenvolvimento. IDN Brief*.
https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/7796/1/idnbrief_dezembro2013.pdf
- Rossignoli, M., & Almeida, P. (2018). Direito Econômico e do Socio-ambiental, 9(3), 219-242. <https://doi.org/10.7213/rev.dir.econ.soc.v9i3.23440>.
- Schumpeter, J. (1912). *The economic theory of development*. Cambridge: Harvard University Press.
- Selassie, A. (2023). *Fundo Monetário Internacional*. <https://www.imf.org/pt/About/senior-officials/Bios/abebe-selassie>
- Tomé, E. (2018). *O Desenvolvimento Económico em África: Realizações e Constrangimentos*. Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Lisboa.
https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/38774/1/ulfd138904_tese.pdf
- Veiga , J. (2010). *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond. http://www.zeeli.pro.br/wp-content/uploads/2015/07/205_-_Desenv_Sust_-_28jul15.pdf.
- World Bank (2018). *Perspetivas económicas globais: África Subsaariana, Uma ampla melhoria, mas durante quanto tempo?, 1-4*.
<https://thedocs.worldbank.org/en/doc/653611512062618843-0050022017/original/GlobalEconomicProspectsJan2018RegionalOverviewSSAPT.pdf>